



T/UNICAMP/SCH34Q

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE



1150027636



T/UNICAMP Sch34q

QUATRO DÉCADAS DE ENSINO AGRÍCOLA
PROFISSIONALIZANTE EM GUARAPUAVA (1954 - 1994).

CARLOS EDUARDO SCHIPANSKI
GUARAPUAVA - 1996

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

QUATRO DÉCADAS DE ENSINO AGRÍCOLA
PROFISSIONALIZANTE EM GUARAPUAVA (1954 - 1994).

CARLOS EDUARDO SCHIPANSKI
GUARAPUAVA - 1996

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

**QUATRO DÉCADAS DE ENSINO AGRÍCOLA
PROFISSIONALIZANTE EM GUARAPUAVA (1954 - 1994).**

Dissertação apresentada
como exigência parcial
para obtenção de título
Mestre em Educação, na
área de Metodologia de En-
sino, à Comissão Julgadora
da Faculdade de Educação
de Campinas e da Universi-
dade Estadual do Centro-
Oeste, sob orientação da
Professora Doutora Dulce
Maria Pompêo de Camargo.

CARLOS EDUARDO SCHIPANSKI
GUARAPUAVA - 1996

BANCA EXAMINADORA

PROF^a DR^a DULCE MARIA POMPEO DE CAMARGO

PROF^o DR^o NEWTON AQUILES VON ZUBEN

PROF^o DR^o JOSÉ LUIZ SANFELICE

"(Em nossos dias, já ninguém duvida de que a história do mundo deve ser reescrita de tempos em tempos. Esta necessidade não decorre, contudo, da descoberta de numerosos fatos até então desconhecidos, mas do nascimento de novas opiniões, do fato de que o companheiro do tempo que corre para a foz chega a pontos de vista de onde pode deitar um olhar novo sobre o passado)" (GOETHE).

DEDICATÓRIA

- A Alciléia, Carlos André e Mariana, que acompanharam pacientemente o desenrolar deste trabalho compreendendo e aceitando minhas constantes ausências.
- Aos meus pais Eduardo e Olinda pelo amor e carinho que me sustentaram durante a realização desta dissertação.

AGRADECIMENTOS

- A Professora Doutora Dulce Maria Pompêo de Carmargo, orientadora, pela experiência, capacidade profissional e amizade desenvolvida durante a realização deste trabalho;

- Aos Professores Doutores Aquiles e Sanfelice pelo apoio, e pelos conhecimentos transmitidos;

- Aos Professores integrantes do Programa de Mestrado UNICAMP/UNICENTRO, que não mediram esforços em nos transmitir seus conhecimentos;

- Aos colegas professores da UNICENTRO pelo convívio amigo e pelo incentivo em prosseguir;

- Aos professores e funcionários do Colégio Agrícola pela atenção recebida durante a realização deste trabalho;

- A minha amiga Professora Neonila Demzuck Gomes pela revisão gramatical;

- Ao meu amigo Sebastião Sidnei Vasco de Oliveira pelo seu importante trabalho de digitação;

- Ao meu amigo Jailson Ramos pelo seu trabalho de digitalização das ilustrações;

- Aos meus amigos do 12, 13 e do 14 pelo incentivo.

RESUMO

Trata-se de um trabalho de dissertação de Mestrado em Educação, cujo objetivo é escrever a história do Colégio Agrícola Estadual "Arlindo Ribeiro" de Guarapuava, dentro do período 1954 a 1994, que corresponde a quatro décadas de ensino agrícola em nosso município, além de contribuir para a historiografia local com um capítulo da história da educação em Guarapuava.

Iniciando nosso estudo por uma retrospectiva do ensino agrícola no Brasil, percebemos que a sua origem está ligada diretamente à forma de colonização portuguesa transplantada para o Brasil e que posteriormente com a sua ampliação para outros estados durante a fase imperial, veio concorrer para a formação de mão-de-obra especializada, a qual contribuiu significativamente para a melhoria da produção agrícola e do modo de vida do meio rural.

Além de recuperar dados históricos sobre essa modalidade de ensino profissionalizante, este trabalho descreve e destaca o funcionamento interno do colégio, através de suas unidades didático-produtivas, vinculando assim o conteúdo aprendido com a realidade a ser vivida pelo aluno.

ABSTRACT

The main objective of this work is writing the history of Arlindo Ribeiro State Agricultural School, in Guarapuava, from 1954 to 1994, this way contributing to the local historiography by means of a chapter on the history of education in Guarapuava.

Looking back at the agricultural teaching in Brazil, we can find its origin in the very Portuguese colonization and notice that it contributed to the formation of qualified labor, which greatly contributed to the improvement of the agricultural production and way of living in the rural area.

Besides restoring historical data about this kind of professionalizing teaching, this work describes and emphasizes the important functioning of the Arlindo Ribeiro School through its didactic-productive units which relate the school subject content with the reality to be faced by the student.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO..... | 12 |
| Capítulo I. RETROSPECTIVA HISTÓRICA DO ENSINO AGRÍCOLA NO BRASIL | 19 |
| Capítulo II. ENSINO AGRÍCOLA NO PARANÁ | 28 |
| 2.1. O Sistema Escola-Fazenda | 42 |
| 2.1.1. Sala de aula | 46 |
| 2.1.2. Unidade educativa de produção ... | 46 |
| 2.1.3. Cooperativa-escola | 47 |
| Capítulo III. ENSINO AGRÍCOLA EM GUARAPUAVA - 1954-1994 | 48 |
| 3.1. Aspectos históricos do Município de Guarapuava | 48 |
| 3.2. O ensino agrícola em Guarapuava | 57 |
| 3.2.1. Descrição Física da Escola..... | 62 |
| 3.2.2. Organização pedagógica..... | 73 |
| 3.2.3. Organograma | 76 |
| 3.2.4. Corpo Administrativo..... | 82 |
| 3.2.5. Corpo docente da escola..... | 90 |
| 3.2.6. Corpo discente..... | 100 |
| 3.2.7. Órgãos Internos..... | 108 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 116 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 119 |
| ANEXOS..... | 122 |

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|------|
| Figura 1 - Localização dos Colégios Agrícolas no Estado do Paraná..... | 38 |
| Figura 2 - Sistema Escola-Fazenda..... | 45 |
| Figura 3 - Localização e Limites do Município.... | 52 |
| Figura 4 - Acesso ao Município de Guarapuava..... | 54 |
| Figura 5 - Vista Geral do Prédio..... | 60 |
| Figura 6 - Planta Baixa do Prédio..... | 61 |
| Figura 7 - Alojamento..... | 63 |
| Figura 8 - Refeitório..... | 64 |
| Figura 9 - Copa..... | 64 |
| Figura 10 - Almoxarifado..... | 65 |
| Figura 11 - Lavanderia..... | 66 |
| Figuras 12, 13 e 14 - Sanitários..... | 66/7 |
| Figura 15 - Ambulatório Médico..... | 67 |
| Figura 16 - Enfermaria..... | 68 |
| Figura 17 - Casa de Funcionário..... | 68 |
| Figura 18 - Animais..... | 69 |
| Figura 19 - Croqui do Terreno..... | 71 |

LISTA DE ANEXOS

1. Esboço biográfico do Patrono da Escola
2. Lei N° 32 de 28/09/48
3. Registro Geral do Imóvel
4. Título de Concessão do Imóvel
5. Decreto N° 308/56
6. Decreto N° 31.637
7. Decreto N° 13.737
8. Decreto N° 31.657
9. Resolução N° 27/67
10. O Jornal, ano IV, n° 208, p. 06
11. Parecer N° 45/70
12. Parecer N° 174/70
13. Portaria N° 744/67
14. Resolução N° 06/70
15. Quadro Evolução das Séries
16. Faixa Etária do Corpo Discente
17. Matrículas na 1ª Série
18. Alunos filhos de Agricultores de Guarapuava
19. Procedência dos Alunos de Guarapuava
20. Alunos Aprovados

INTRODUÇÃO

Desde a minha infância sempre gostei de trabalhar em atividades ligadas com o trato da terra. Apesar de morarmos na área urbana de Guarapuava, nossa casa foi construída em um terreno que permitia o cultivo de uma boa horta doméstica.

Os anos foram passando e eu estava às vésperas de concluir o 1º grau e não havia optado por nenhum dos cursos oferecidos em nível de 2º grau em Guarapuava, quando soube da existência de um colégio em nossa cidade, que funcionava integralmente, habilitando profissionalmente os alunos uma vez que estes desenvolviam muitas atividades práticas no ramo da agricultura e da pecuária.

Logo me inscrevi ao teste seletivo, tendo em vista a grande procura por filhos de agricultores de Guarapuava e também de outras regiões do Paraná, como também por filhos de profissionais autônomos e liberais. Concorreram 120 (cento e vinte) candidatos para 40 (quarenta) vagas.

Realizadas as provas do teste seletivo, e obtendo resultado positivo no processo de seleção, matriculei-me na 1ª série do Curso Técnico em Agropceuária do Co-

légio Agrícola Estadual Arlindo Ribeiro, de Guarapuava, no ano de 1978, em regime de internato.

A cada ano que passava, o curso ficava mais apaixonante e ao mesmo tempo desafiante, devido às inúmeras dificuldades que apareciam, tais como não possuir conhecimento com pessoas ligadas diretamente à atividade agropastoril, não poder deslocar-me para outras regiões para realizar estágio, falta de opção em Guarapuava de empresas particulares e oficiais para oferecer estágio.

Contudo, em 1980, quando concluí aos 16 anos, o 2º grau, Curso Técnico em Agropecuária, sonhava em poder seguir a carreira de Agrônomo e cursar uma Faculdade de Agronomia.

Realizei a inscrição para o exame vestibular na Universidade Federal do Paraná, mas devido às dificuldades financeiras que estávamos enfrentando, desisti de prestar o vestibular naquele ano e aceitei o convite para trabalhar como Técnico da Usina de Laticínios da Cooperativa Agropecuária Mista de Guarapuava - COAMIG, no setor de produção de leite, até 1981. Nesta época recebi e aceitei um novo convite para administrar uma fazenda na Colônia Vitória, a qual produzia suínos para a Cooperativa Batavo, em Castrolândia, permanecendo ali até fevereiro de 1982. Durante todo esse tempo sempre pensava em poder voltar a estudar, pois sabia que, apenas com o curso técnico, eu teria dificuldades no futu-

ro. Foi quando, em 1982, fui visitar o Colégio pela primeira vez depois de formado. Estando lá, recebi o convite da Direção para ministrar aulas de disciplinas técnicas, tendo em vista os elogios recebidos durante a realização do curso e também pelos relatórios das empresas, enviados à Direção do Colégio, parabenizando-a pela formação profissional dada a seus alunos. Aceitei o convite imediatamente por ter visto naquele momento a chance de poder voltar a estudar, uma vez que esse tempo todo estive trabalhando na zona rural.

Apesar de nunca ter almejado, durante minha adolescência, seguir a carreira do magistério, ingressei em 1982 na atividade como professor não licenciado com 20 aulas semanais no Colégio Agrícola Estadual "Arlindo Ribeiro" - Ensino de 2º Grau. Nesse mesmo ano prestei vestibular para a Faculdade de Guarapuava, curso de História.

Trabalhei no colégio até 1988. Durante esses anos conheci e vivi o Colégio como aluno, professor e funcionário e preocupado com muitas questões sobre essa modalidade de ensino, comecei a refletir sobre algumas questões como: - a importância desse Colégio no contexto sócio-econômico não só de Guarapuava, mas também no Estado do Paraná; - a origem dessa escola em nosso município; - a procedência dos alunos; - os primeiros

professores, os funcionários; - enfim a história do Colégio.

Concluí o curso de História em 1986, ano em que também iniciei minha carreira docente de 3º grau.¹ Neste período fiz meu primeiro estudo sobre a escola.² O presente trabalho vem dar continuidade ao anterior procurando preencher as lacunas da trajetória do Colégio.

Este trabalho exigiu durante a coleta de dados, um verdadeiro "garimpo" nas informações, haja vista que no Colégio, apesar das quatro décadas de existência, não existe um arquivo organizado. Algumas fontes primárias estão armazenadas na sala da atual secretaria, outras guardadas em armários sem os devidos cuidados, outras tantas perdidas em gavetas.

Assim sendo, a retrospectiva histórica que apresentamos do Colégio Agrícola Estadual "Arlindo Ribeiro" de Guarapuava não é um trabalho completo e nem tampouco acabado, visto que para alguns assuntos existem fontes inesgotáveis de pesquisa, enquanto que para outros não foram encontrados dados que interliguem os fatos.

Objetivamente, esta pesquisa tem um duplo aspecto: primeiro, contribuir de maneira decisiva para a produção historiográfica local com um capítulo da história

¹ Para atender as exigências do plano de carreira, cursei duas especializações, em História Econômica do Brasil e em História Antiga e Medieval.

² SCHIPANSKI, Carlos Eduardo. A importância do Colégio Agrícola em uma região essencialmente agropecuária como é o caso de Guarapuava. (1969-1985). Monografia de conclusão de curso de Especialização.

da educação no município e região, pois em Guarapuava, apesar dos seus 176 anos de existência, constata-se que muitos aspectos de seu passado não foram ainda pesquisados, ou seja, registrados de maneira científica e aqueles que foram, necessitam de nova análise. Em segundo lugar, resgatar a memória do ensino agrícola de Guarapuava, iniciados em 1957.

Metodologicamente esta pesquisa caracteriza-se como um Estudo de Caso Histórico-Organizacional (LUDKE e ANDRÉ, 1994, 17), ou seja, um estudo sobre a vida de uma instituição escolar, que se destaca, pelas suas características internas, das demais instituições escolares do município.

A fase exploratória, voltada para a construção das primeiras trilhas em busca da coleta de dados teve como ponto de partida o conhecimento prévio do objeto por parte do pesquisador, adquirido como aluno, professor e funcionário. Também foi nesta fase que se procedeu o exame da literatura pertinente ao tema.

A seguir, efetuou-se o arrolamento dos dados relativos ao período 1954 a 1994, através de visitas ao "arquivo" da escola, da Câmara Municipal de Guarapuava, da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, Departamento de Ensino Agrícola. Também foram tomados depoimentos visando obter registros sobre o cotidiano da escola.

Finalmente, após estabelecer os contornos administrativos e pedagógicos da escola, passou-se para a análise dos dados o que resultou na elaboração da presente dissertação. Cabe ressaltar que durante o seu desenvolvimento, procurou-se fazer o registro dos dados da forma mais fiel possível, com base em livros de atas, documentos oficiais da escola e recortes de jornais da época.

Portanto, utilizando-se de uma perspectiva histórica, auxiliada pelas fases que orientam o desenvolvimento do estudo de caso, a pesquisa ficou assim dividida:

- 1° - Retrospectiva histórica do ensino agrícola no Brasil;
- 2° - Ensino Agrícola no Paraná;
- 3° - Ensino Agrícola em Guarapuava.

Além do interesse pessoal sobre o assunto, algumas especificidades do objeto contribuíram para a sua escolha: não haver uma pesquisa documental sobre a escola; ser a única que funcionava em regime de internato; estar localizada em um bairro periférico, distante 8 Km do centro da cidade; possuir uma clientela constituída de filhos de pequenos e médios agricultores; funcionar em regime integral conciliando conteúdos teóricos com atividades práticas e, finalmente, a importância que

esta modalidade de ensino tem no contexto sócio-econômico local.

Em suma, esta dissertação objetiva completar os dados já coletados anteriormente e também traz à tona novos elementos que, inseridos numa nova temática, a da história da educação de Guarapuava, contribuirá para resgatar a memória histórica da escola ao longo de seus 40 anos de existência.

Quatro décadas de ensino agrícola em Guarapuava representa uma homenagem a todos aqueles que contribuíram para que, num país como o Brasil, com tantos problemas sociais, especialmente no campo educacional, esta modalidade de ensino desenvolvesse importante função social de educar profissionalmente os jovens guarapuavanos e também de outras regiões do estado e do país, oferecendo-lhes oportunidades de melhoria de vida em seu próprio meio familiar.

CAPÍTULO I.

RETROSPECTIVA HISTÓRICA DO ENSINO AGRÍCOLA NO BRASIL

Apesar da literatura escassa sobre o tema "Ensino Agrícola no Brasil", e não ser este capítulo, o ponto central desta pesquisa, considero relevante tecer alguns comentários a respeito da criação e das transformações dessa modalidade de ensino ao longo da história do Brasil, procurando com isso situar o leitor no contexto do trabalho, bem como destacar a importância sócio-econômica do ensino técnico agrícola para os jovens que demonstram aptidão às atividades agrícolas.

Historicamente, sabemos que desde o início da colonização do Brasil pelos portugueses em 1532, houve uma preocupação com o cultivo de suas terras, visando com isso garantir a posse, como também atender às exigências de um sistema baseado no latifúndio e nas relações escravocratas.

Percebe-se isso claramente a partir do ciclo do açúcar onde, através do cultivo extensivo das terras e com mão-de-obra não qualificada, procurava-se obter o

máximo de produção sem investimento técnico. Porém, na medida em que ocorreu a transformação política da colônia para Império, em 1822, surgiu a necessidade de implementar novas técnicas de exploração do solo, através da adoção de técnicas mais "apuradas" que permitissem acompanhar e sustentar a nova sociedade.

Foi então durante a fase imperial que surgiram as primeiras instituições de ensino agrícola no Brasil, destinadas a formar indivíduos habilitados para o exercício das atividades agrícolas.

O primeiro estabelecimento de ensino agrícola do Brasil data de 23 de junho de 1875 e recebeu o nome de Imperial Escola Agrícola da Bahia, situada no Engenho de São Bento das Lages, Câmara de Santo Amaro. Ainda no mesmo período foram criadas mais três escolas agrícolas, uma na cidade de Pelotas (RS), outra em Piracicaba (SP) e uma terceira no município de Lavras (MG). Lentamente essas escolas foram ampliando sua área de profissionalização, através das disciplinas técnicas para a formação de Veterinários, pois "durante toda a fase imperial diplomaram-se no Brasil apenas 74 engenheiros agrônomos e nenhum veterinário". (CALAZANS, 1979, 83)

Sem legislação específica, a não ser o que havia sido estabelecido na Carta Régia de 1813, quando da autorização para a criação de um curso de agricultura, foi na fase republicana que começaram a existir inicia-

tivas mais concretas e voltadas efetivamente à formação de profissionais para a agricultura. Surgem ofertas de serviço em órgãos governamentais, em institutos de pesquisas na área agrícola incentivando, assim, a ampliação da rede de ensino agrícola nos estados.

"Essa ampliação no número de estabelecimentos e de investimentos coincide com a necessidade da introdução de inovações tecnológicas para salvaguardar a base da economia brasileira assentada na produção do café, pois o mesmo já havia deslocado para outras regiões dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, porém, essa expansão ocorreu paralelamente à decadência da mão-de-obra escrava, sobretudo após ao estabelecido na Lei Eusébio de Queirós".
(FRANCO: 1994, 65)

O fim do tráfico negreiro, em 1850, acarretou um sério problema de mão-de-obra para a lavoura cafeeira em expansão, evidenciando as limitações que o regime escravocrata impunha à economia brasileira.

A extinção do tráfico numa sociedade ainda baseada na exploração servil trouxe várias consequências. A estrutura escravista sofreu no Brasil o seu primeiro grande abalo, uma vez que o tráfico era a principal fonte de reprodução da mão-de-obra. O tráfico interprovincial foi muito estimulado, a disponibilidade de capitais decorrentes do fim da atividade daquele que era

o principal ramo do comércio importador do Brasil determinou a aplicação de novos recursos nas atividades urbanas e em melhoramentos técnicos na lavoura cafeeira.

Assim, ao terminar o século XIX, notava-se que o país estava perdendo definitivamente sua fisionomia colonial. Ocorriam mudanças importantes no conjunto da realidade brasileira: novas técnicas na agricultura, trabalho livre no lugar do trabalho escravo, novos costumes, novas idéias, novos jornais e novas escolas que faziam crescer o número de profissionais.

"A partir de 1930 acentua-se no Brasil o processo de industrialização, ocasionando uma aceleração do crescimento urbano. Centros urbanos, de médio e grande porte, começam a se formar refletindo o início do processo de migração do campo para a cidade. No entanto, ainda em 1940, dois terços da população se situava no setor rural". (CALAZANS: 1979, 01)

Diante de toda essa movimentação começava a se moldar uma grave diferenciação nos padrões de vida rural e urbana, principalmente no tocante à educação, pois no meio rural continuavam a não existir as necessárias possibilidades de ensino escolar. Era uma população analfabeta, subalimentada, sujeita a endemias,

com nível mínimo de renda, portanto, sem qualquer amparo da política social.

Além dos problemas acima, enfrentou-se um processo de êxodo em direção aos médios e grandes centros, que de um lado serviu como reserva de mão-de-obra com a finalidade de aviltar o valor dos salários e de outro, devido a falta de mão-de-obra no campo, levou a redução de culturas de produtos componentes da cesta básica. Posteriormente a falta de mão-de-obra especializada para o trabalho com a terra, gerou o uso inadequado do solo principalmente nas regiões onde mais se fizeram sentir os efeitos do êxodo rural. (SP, RJ, MG, PR). Para maior compreensão do contexto sócio econômico do período ler:³

Assim sendo, tornou-se necessária a elaboração de algumas metas por parte do governo nacional, que norteou os programas educacionais rurais que começariam a ser implantados com objetivo de superar os problemas acima referidos. Dentre essas metas, podemos citar a tentativa de elevar os padrões de vida da população, mediante a transformação da lavoura extensiva em intensiva, uso da mecanização dos processos agrícolas como forma de superar a escassez da mão-de-obra, uso de fer-

³ - HISTÓRIA GERAL DO BRASIL: (da colonização portuguesa à modernização autoritária) / Maria Yedda Leite Linhares (coordenadora); Ciro Flamarion Cardoso... (et alli). Rio de Janeiro: Campus, 1990.

- WACHOWICZ, Ruy C. História do Paraná. Curitiba, Gráfica Vicentino, 1972.

tilizantes, corretivos, inseticidas e herbicidas, rotação e diversificação de culturas.

Por isso,

"No período que vai de 1910 a 1930, foram criadas 17 escolas agrícolas que somadas às do período imperial, ofereciam o seguinte quadro: funcionavam 20 escolas, sendo seis com cursos de Agronomia e Veterinária; dez somente com cursos de Agronomia e quatro apenas com curso de Veterinária; formaram-se 1.577 agrônomos e 394 veterinários numa média anual de 70 agrônomos e 20 veterinários". (CALAZANS: 1979, 83).

Na década de 1930 e principalmente com a criação do Estado Novo em 1937 por Getúlio Vargas, começaram a surgir mecanismos controladores para garantir a intervenção de um Estado forte e autoritário em todos os setores da sociedade.

"As oligarquias, inclusive representantes da burguesia agroexportadoras, beneficiavam-se com o novo regime pela intervenção reguladora do governo, protegendo a economia por meio da criação de novos organismos centralizadores do crédito agrícola; pela manutenção da estrutura agrária (dominada por grandes propriedades); pela exploração das condições de trabalho no campo". (ALENCAR: 1979, 252).

Em 1940 foi criada pelo Decreto Lei No. 2.832 de 4 de novembro, a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário - SEAV, que além de administrar o ensino agrícola, fiscalizava o exercício das profissões de Agronomia e Veterinária, ministrava o ensino médio elementar de agricultura, promovia a educação das populações rurais e realizava estudos e pesquisas educacionais aplicados à agricultura.

Somente após o fim da ditadura de Vargas foi que o ensino agrícola de nível médio teve sua primeira regulamentação estabelecida pelo Decreto-Lei 9.613, de 20 de agosto de 1946, denominado de "Lei Orgânica do Ensino Agrícola".

"Art.1º. Esta lei estabelece as bases de organização e de regime do ensino agrícola, que é o ramo de ensino até o segundo grau, destinado essencialmente a preparação profissional dos trabalhadores da agricultura". (Decreto Lei N°. 9.613 - de 20 de Agosto de 1946).

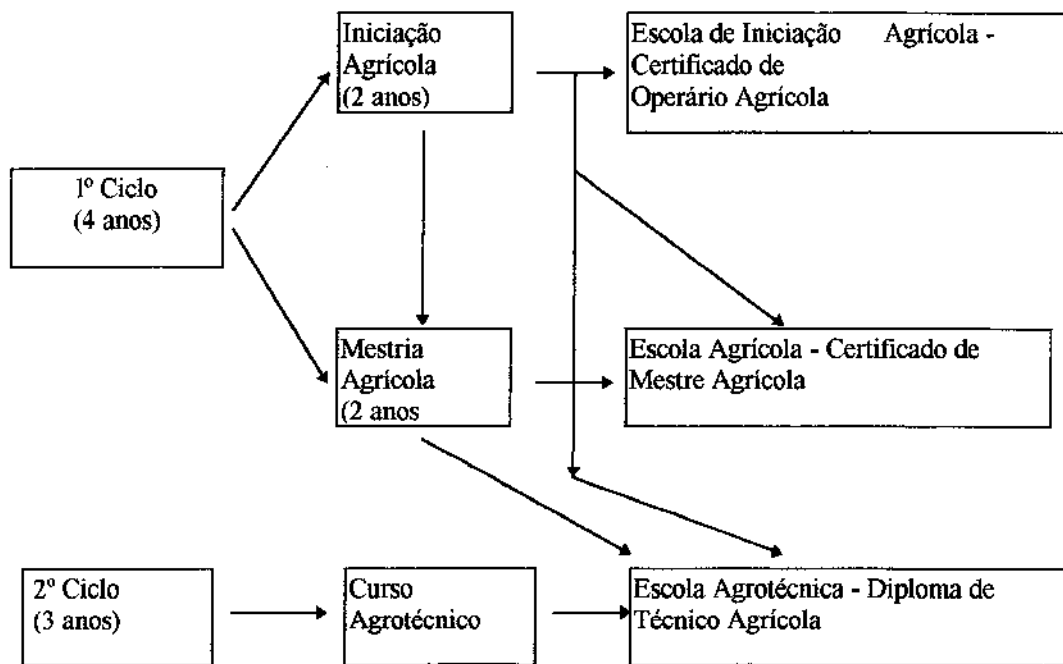
Com base nessa lei os estabelecimentos de ensino agrícola existentes até então, foram classificados em:

- Escola de Iniciação Agrícola - ofertado na 1ª e 2ª séries do 1º ciclo, que concedia aos concluintes o certificado de Operário Agrícola;

- Escolas Agrícolas - ofertado nas quatro séries do 1º ciclo, que concedia aos concluintes o certificado de Mestre Agrícola;

- Escolas Agrotécnicas - ofertado nas quatro séries do 1º ciclo e três séries do 2º ciclo, que atribuíam aos concluintes o diploma de Técnico Agrícola.

ENSINO AGRÍCOLA NO BRASIL



Fonte: Lei nº 9.613/46

Com a Lei 4024 de 20 de dezembro de 1961 - Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional - esse início sofre uma modificação estrutural, pelo agrupamento das Escolas de Iniciação Agrícola e Escolas Agrícolas, constituindo então, os Ginásios Agrícolas. Nestes, mi-

nistravam-se apenas as 4 (quatro) séries do 1º ciclo e expediam-se certificados de Mestre Agrícola aos concluintes do curso. As Escolas Agrotécnicas passaram a denominar-se Colégios Agrícolas, ofertando esta área de ensino especificamente nas 3 (três) séries do 2º ciclo, conferindo aos concluintes o diploma de Técnico Agrícola.

Com o advento da Reforma Administrativa dos Ministérios ocorrida em 1967, e legitimado pelo Decreto Lei No. 200/67, promoveu-se a absorção do Ensino Agrícola pelo Ministério da Educação e Cultura. Em consequência, o órgão responsável, a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário também foi transferida ao MEC, através do Decreto No. 60.731 de 19 de maio de 1967, sob a denominação de Diretoria de Ensino Agrícola, inserindo-se no Departamento de Ensino Médio daquele ministério.

Dentro deste quadro nacional, trataremos a seguir da criação e evolução do ensino agrícola no Estado do Paraná.

CAPÍTULO II.

O ENSINO AGRÍCOLA NO PARANÁ

O ensino agrícola no Paraná teve sua origem no Ministério da Agricultura, a quem permaneceu vinculado através do Departamento de Ensino Agrícola no período de 1910 até 1967, quando se procedeu a transferência deste através do Decreto Lei No. 200/67 para o Ministério da Educação e Cultura.

As Escolas de Trabalhadores Rurais (E.T.R.) de nosso Estado foram instituídas em 1935, sendo regulamentadas pelo Decreto Nº 7.782, de 3 de dezembro de 1938, no governo do interventor Manoel Ribas, considerado o fundador do ensino agrícola no Paraná.

"O Estado Intervencionista, que se instalou como forma de Estado a partir da Revolução de 30, acolheu os princípios fundamentais do liberalismo que enfatizam a idéia da competência, ou seja, a tese do mérito individual e da educação como instrumento privilegiado da mobilidade social." (ALENCAR: 1985, 253)

Iniciando seu funcionamento, as Escolas de Trabalhadores Rurais foram lotadas com menores de várias re-

giões do estado e, em pouco tempo, as escolas existentes esgotaram sua capacidade de alojamento. As Escolas de Trabalhadores Rurais Doutor Carlos Cavalcanti de Bacacheri, Escola de Trabalhadores Rurais de Canguiri de Piraquara, Escola de Trabalhadores Rurais Augusto Ribas de Ponta Grossa, Escola de Trabalhadores Rurais Olegário Macedo de Castro e a Escola de Trabalhadores Rurais Antonio Lopes, de Paranaguá estavam subordinadas ao Departamento de Agricultura, da Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura que, pela Secção de Ensino Profissional, estabelecia os regulamentos e programas a serem seguidos e ministrados.

Nestas escolas era ofertado o ensino primário, com duração de quatro anos, cumprindo ao mesmo tempo um preparo de ensino elementar rural, de caráter prático. Uma vez demonstrada aptidão para a lavoura, os alunos eram transferidos para a E.T.R. Doutor Carlos Cavalcanti no Bacacheri em Curitiba, onde se matriculavam no Curso Profissionalizante de Trabalhadores Rurais, para aperfeiçoarem os conhecimentos adquiridos nas outras Escolas. Na E.T.R. do Bacacheri era ministrado um programa especial de 03 anos, com trabalhos em instrumentos e máquinas agrícolas, controle de pragas e moléstias em animais domésticos, noções de botânica, estudo das culturas regionais, avicultura, laticínios, horti-

cultura, fruticultura e oficinas. Concluindo o curso, os alunos recebiam o título de capataz rural.

Durante a permanência na escola, os alunos recebiam assistência médico-dentária completa, além de vestuário e alimentação inteiramente grátis.

Em 1938, as E.T.R., pertencentes à então Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura, foram regulamentadas pelo Decreto No. 7.762/38, de 03 de dezembro de 1938, publicado no Diário Oficial No. 1967 - Ano 30. de 13 de dezembro. Uma vez regulamentadas, as E.T.R., iniciou-se um processo de expansão na rede de estabelecimentos com a criação de mais escolas nos anos de 1941, as E.T.R. Getúlio Vargas, de Palmeira e Rio Negro; 1943 a E.T.R. Doutor Hintz, em Catanduvas; em 1944 as E.T.R. Gil Stein Ferreira, de Ivaí e Franklin Delano Roosevelt, em Santo Antonio da Platina, sendo também iniciado em Ponta Grossa o Curso de Ensino Rural Completo que dava direito ao Certificado de Lavrador. Tal curso tinha a duração de 03 anos além do curso primário e funcionou até 1956.

Em 1944, acompanhando a expansão da rede das E.T.R., foi instalado o Departamento do Ensino Superior, Técnico e Profissional, com a criação da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. O D.E.S.T.P. ficou assim constituído:

Diretor: Eng^o. Agr^o. Morelli Rodrigues.

Chefe de Divisão: Eng^o.Agr^o. Alberto Matos Moreira.

Chefe de Serviço: Eng^o. Agr^o. Wellington Viana.

Chefe de Orientação: Eng^o.Agr^o.Antonio Junqueira.

Chefe Administrativo: Eng^o.Agr^o. José Leal Nunes.

Pelo Decreto No. 10.859/53 foi aprovado pelo então Governador Bento Munhoz da Rocha Neto e Secretário da Agricultura Rubens de Mello Braga o regulamento do DESTP que determinava as suas finalidades, ou seja:

1. Fornecer aos estabelecimentos os meios para que possam ministrar, com eficiência, o ensino primário e agrícola a jovens, filhos de lavradores e àqueles que sejam compatíveis com a vida do campo;

2. Desenvolver nos educandos o sentimento de responsabilidade individual de trabalho, de solidariedade e de cooperação;

3. Ambientar o aluno ao meio em que vive e onde terá que exercer sua atividade profissional, dando-lhe ao mesmo tempo elementos para melhorá-lo;

4. Formar indivíduos capazes de desempenhar os trabalhos agrícolas de maneira eficiente;

5. Cooperar na educação das populações rurais, realizando cursos rápidos sobre assuntos ruralistas de interesse regional.

Neste mesmo ano foi aprovado pelo Decreto 10.058, o regulamento das E.T.R. que fixou suas finalidades essenciais:

1. Cooperar na educação das populações rurais, realizando cursos sobre agricultura, zootecnia e indústrias agrícolas, de acordo com as últimas conquistas da ciência;

2. O ensino das matérias terá orientação essencialmente ruralista, de caráter prático e deve aproveitar de preferência filhos de lavradores e outros com pendor para a vida do campo, visando à formação de homens perfeitamente capazes para os serviços agrícolas, tendo sempre em vista a necessidade de "armá-los" de conhecimentos realmente úteis para a vida rural;

3. Fará parte da educação prática do aluno, a frequência às instalações para o ensino de industrialização de produtos de origem animal e vegetal. O ensino será completado com excursões de estudos a outras de-

pendências do Estado, fábricas, propriedades agrícolas, museus, exposições, feiras e mercados.

Pelo mesmo regulamento, fixou-se o quadro administrativo e pedagógico das E.T.R.:

- Diretor (Agrônomo ou Veterinário);
- Assistente Técnico (mesma qualificação);
- Secretário(a);
- Dentista;
- Professores;
- Professores Técnicos (diversas áreas);
- Funcionários auxiliares.

Seguindo o plano de expansão da rede de ensino agrícola no Paraná, o Governador Bento Munhoz da Rocha Neto criou, pelo **Decreto No. 9.553, de 12 de julho de 1953** e publicado no Diário Oficial No. 083 de 16/07/53, as E.T.R. Doutor Ernesto Luiz de Oliveira, em Foz do Iguaçu e **Arlindo Ribeiro em Guarapuava.**

Em 1956 foram criadas as E.T.R. Assis Brasil de Clevelândia, Fernando Costa de Santa Mariana e Manoel Ribas de Apucarana, cujo funcionamento também foi orientado pelo regulamento aprovado em 1953.

Neste ano foram enquadradas na Lei Orgânica do Ensino Agrícola, as E.T.R. Lysímaco Ferreira da Costa; Getúlio Vargas e Augusto Ribas, subordinadas à Superin-

tendência do Ensino Agrícola e Veterinário, dando-se início assim ao Curso de Iniciação Agrícola (1a. e 2a. série Ginásial) e Mestria Agrícola (3a. e 4a. série Ginásial).

Em 7 de maio de 1957 começou a funcionar a Escola de Trabalhadores Rurais Arlindo Ribeiro de Guarapuava, com o curso primário e em 1958 em continuação ao Curso de Iniciação Agrícola, implantado nas escolas de Palmeira, Rio Negro e Ponta Grossa em 1956, foi criado o de Mestria Agrícola.

Pela Portaria No. 118, de 18 de novembro de 1959, da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, foi autorizada a criação da Escola Agrotécnica Augusto Ribas de Ponta Grossa. Em janeiro de 1960 foi instalada a Escola Agrotécnica de Ponta Grossa, com o curso de Técnico em Agricultura e Técnico em Zootecnia, equivalente ao 2º ciclo. Também foram transformadas as E.T.R. de Apucarana, de Guarapuava, de Foz do Iguaçu, de Castro, de Clevelândia e de Santa Mariana em Escolas Agrícolas de Grau Médio. (Decreto Nº 31.657, de 29/08/60).

Em 1962 ocorreu a formação da primeira turma de técnicos em Agricultura e Zootecnia da Escola Agrotécnica Augusto Ribas de Ponta Grossa. Pela Portaria No. 663/62 da Secretaria da Agricultura de 27/07/62 e com base na Lei 4.024 de 20 de novembro de 1961, foram traçadas as bases curriculares para os estabelecimentos

subordinados ao DESTP da Secretaria da Agricultura, sendo aprovado o primeiro currículo para o curso ginasial e colegial. Pela Portaria 1049/62 estabeleceu-se a nova estrutura da rede de estabelecimentos subordinados ao DESTP, transformando as E.T.R. (já com nova denominação pelo Decreto No. 31.657/60 - Escolas Agrícolas de Grau Médio) de Santa Mariana, Clevelândia, Foz do Iguaçu, Ivaí, Cândido de Abreu em Escola Agrícola de Preparação Pré-Ginasial e as Escolas Agrícolas de Rio Negro, Apucarana, Palmeira e Guarapuava em Ginásio Agrícola e a Escola Agrotécnica de Ponta Grossa em Colégio Agrícola.

Em janeiro de 1963 é ratificada a Portaria No. 1049/62 que dá nova estrutura aos estabelecimentos agrícolas, dando-se início aos cursos Ginasiais em Rio Negro, Guarapuava, Palmeira e Apucarana. Neste mesmo ano a Escola Agrotécnica de Ponta Grossa passou a denominar-se Colégio Agrícola Augusto Ribas, implantando o Curso Técnico Agrícola, equivalente ao 2o. ciclo. Ainda pelas Portarias 1049 e 1204 foram transformadas as E.T.R. de Castro e Santo Antonio da Platina em Centro de Treinamento para professores leigos.⁴ É também alterada a denominação da E.T.R. Doutor Ernesto Luiz de Oliveira para Manoel Moreira Pena.

⁴ Nesses centros eram treinados pessoas leigas das comunidades rurais, que retornavam em seguida para atuarem como instrutores nas escolas do interior. Recebiam conteúdos básicos de agricultura e pecuária e ministravam aulas práticas como atividades complementares ao currículo do ensino primário no meio rural.

A Portaria 151/64 da Secretaria da Agricultura transformou as Escolas Agrícolas de Preparação Pré-Ginásial de Foz do Iguaçu e Santa Mariana em Ginásio Agrícola e o Centro de Treinamento de Professores Leigos de Castro e de Santo Antonio da Platina em Escola de Preparação Pré-Ginásial. Autorizou-se o funcionamento pela Portaria 19/64-DEA, em caráter experimental da 5a. e 6a. série em Ivaí, até 1967, também, neste mesmo ano, pela Portaria No. 133/64 foi autorizado o funcionamento do Colégio Agrícola Manoel Ribas de Apucarana.

No ano de 1965 é criado, pelo Decreto No. 19.565, o Ginásio Estadual Colônia Esperança, em Arapongas. Pela Portaria 74/65-SA foi transformada em Ginásio Agrícola a Escola Preparatória Pré-Ginásial Olegário Macedo de Castro, ficando conseqüentemente autorizado o funcionamento do Curso Primário. Autorizado também a mudança na denominação de Ginásio para Colégio Agrícola de Rio Negro e Palmeira, iniciando suas atividades do Curso Colegial Agrícola no ano de 1966.

O Parecer No. 39/67, do Conselho Estadual de Educação, aprovou o currículo para o funcionamento do Curso de Economia Doméstica Rural de Ponta Grossa. A Portaria No. 744/67, tendo em vista a Resolução No. 01/67 do Conselho Estadual de Educação, deu aos Ginásios e Colégios Agrícolas a denominação de Ginásio Estadual e Colégio Agrícola Estadual. Pela Portaria No. 117/68 es-

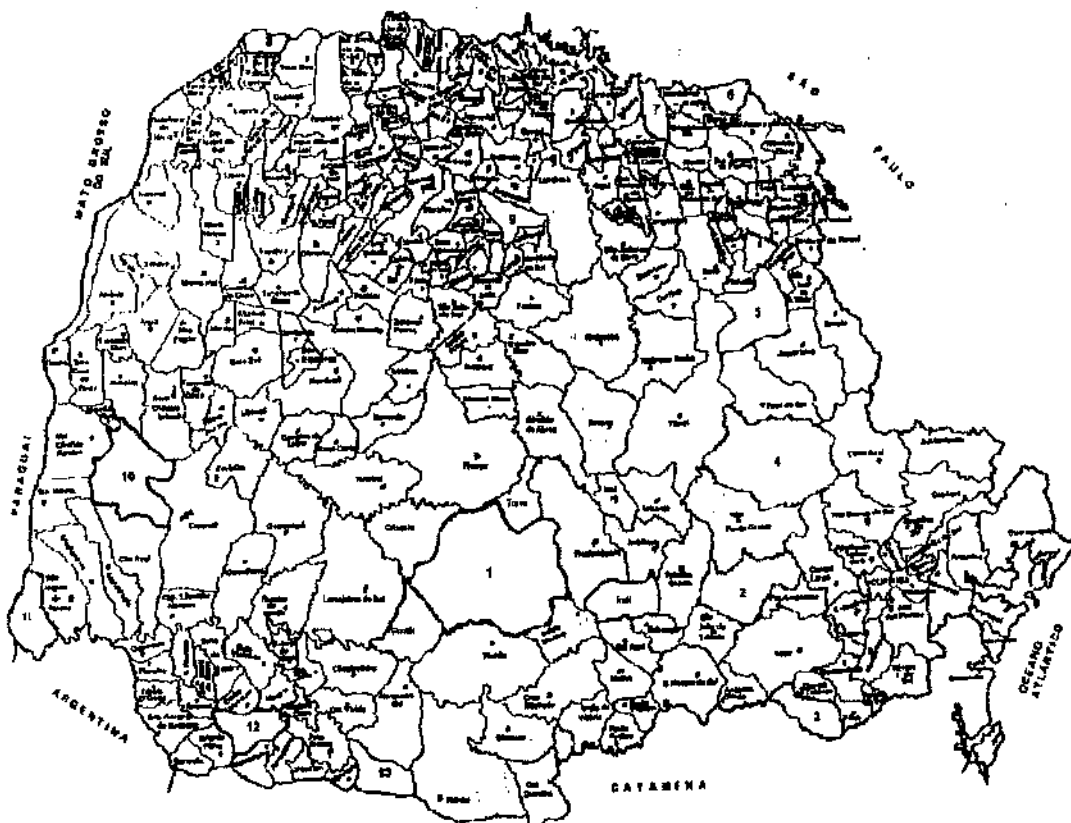
tabeleceu-se o calendário Escolar dos estabelecimentos de ensino agrícola no Estado do Paraná, bem como foi instituído o Sistema Escola Fazenda. **O Decreto No. 13.737 criou o curso Colegial Agrícola em Guarapuava, com início previsto para o ano de 1969.**

Após a implementação da Lei 5.692/71, os Colégios e Ginásios Agrícolas Estaduais elaboraram os Projetos de Implantação do Ensino de 2o. Grau, com a oferta da Habilitação do Curso Técnico em Agropecuária, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, nos anos de 1973 e 1974.

Acompanhando as reformas administrativas (Decreto Lei nº 200/67) ocorridas em nível federal, o Governo do Estado do Paraná transferiu o DEA - Departamento de Ensino Agrícola, da Secretaria da Agricultura para o Departamento de Ensino de 2o. Grau da Secretaria de Estado da Educação, através do Decreto No. 2.706 de 25 de outubro de 1972.

Atualmente, o Sistema Estadual de Ensino no Paraná oferta o Ensino Agropecuário em 21 colégios na rede pública, sendo 13 com Habilitação Plena em Técnico em Agropecuária e 08 com Habilitação Básica em Agropecuária.

LOCALIZAÇÃO DOS COLÉGIOS AGRÍCOLAS NO ESTADO DO PARANÁ



LEGENDA:

| | |
|-------------------|------------------------|
| 1 - Guarapuava | 8 - Diamante do Norte |
| 2 - Palmeira | 9 - Apucarana |
| 3 - Rio Negro | 10 - Toledo |
| 4 - Castro | 11 - Foz do Iguaçu |
| 5 - Arapoti | 12 - Francisco Beltrão |
| 6 - Cambará | 13 - Clevelândia |
| 7 - Santa Mariana | |

Os Colégios Estaduais possuem áreas de terra para o desenvolvimento das atividades didático-produtivas no âmbito agropecuário, possibilitando o aprendizado prático dos alunos, além da comercialização do excedente produzido, quando ocorre, permitindo assim a cobertura de parte das despesas, principalmente no que se refere à manutenção do internato.

O sistema de Cooperativa-Escola implantado a partir da Resolução No. 23 de 09 de fevereiro de 1982 do Conselho Nacional de Cooperativismo, na rede pública, tem com objetivo viabilizar a comercialização da produção e instrumentalizar o aluno na prática cooperativista.

Com a organização curricular distribuída em 03 séries anuais, em período integral, e com o desenvolvimento de aulas teórico-práticas em sala de aula, laboratórios e unidades Didático-Produtivas (Fazenda Escola), assegura-se a formação plena do Técnico em Agropecuária.

Já a Habilitação Básica em Agropecuária, ofertada na rede estadual, encontra-se em fase de extinção gradativa, concentrando a oferta nos Colégios Agrícolas existentes. Oferta-se, ainda, Curso Complementar nos Colégios Agrícolas Lysimaco Ferreira da Costa, em Rio Negro e Olegário Macedo, em Castro, destinados aos egressos da Habilitação Básica em Agropecuária.

Esta modalidade de ensino foi aprovada pelo Conselho Estadual de Educação através da Deliberação No. 042/80 e Parecer No. 102/80, garantindo aos concluintes o diploma de Técnico em Agropecuária.

O quadro administrativo, pedagógico e técnico dos Colégios Agrícolas da Rede Estadual é composto pela seguinte estrutura:

- Equipe de Direção: Direção
Direção Auxiliar
- Equipe Pedagógica: Supervisão de Ensino
Orientação Educacional
Coordenação de Estágio
Coordenação de Habilitação
Corpo Docente
Administração do Internato
Biblioteca
Laboratórios
- Equipe Administrativa: Secretaria
Técnicos da Unidade Didá-
tico-Produtiva
Serviços Gerais

O ensino Agropecuário do Paraná é acompanhado e coordenado nos aspectos administrativo e pedagógico pelo Departamento de Ensino de Segundo Grau, através do Setor de Ensino Técnico-Agrícola - SETA. Esse setor assume a execução das políticas educacionais inerentes à administração do Ensino Agropecuário, além do controle orçamentário, de aquisição e manutenção de materiais e equipamentos da Parte Diversificada, e manutenção do Internato dos Colégios da Rede Estadual. O SETA atua em conjunto com os Núcleos Regionais de Ensino nas áreas do currículo e da Administração dos Colégios.

De acordo com a atual política educacional adotada no Paraná, o SETA vem concentrando suas ações e prioridades a partir de dez diretrizes, citadas a seguir:

1. Propiciar ensino de qualidade, capaz de assegurar conhecimentos gerais e científicos aos futuros técnicos, que lhes possibilitem uma formação profissional técnica e competente e, especialmente, exercer a cidadania em toda sua plenitude;

2. Estudar o desenvolvimento agrícola, pecuário e florestal, sob uma perspectiva ecologicamente defensável;

3. Articulação com os setores públicos e privados que demandam Técnicos Agrícolas e Florestais - grande consórcio;

4. Qualificação de recursos humanos, através de programas de capacitação aos docentes e funcionários dos Colégios Agrícolas;

5. Melhoria da qualidade de vida dos alunos internos;

6. Atenção prioritária à pequena produção e à transformação dos produtos agropecuários;

7. Apoio ao ensino livre, (antiga extensão rural) e qualificação de agricultores, através do programa de apoio às Casas Familiares Rurais;

8. Implantação de tecnologia apropriada e de ponta;

9. Elaboração de planos político-pedagógicos dos Colégios Agrícolas e Florestal da rede pública estadual permitindo o planejamento de curto, médio e longo prazo, nos aspectos pedagógicos, administrativos e de produção;

10. Busca permanente de recursos na estrutura do Estado e União, iniciativa privada, instituições e entidades internacionais e outros.

Os Colégios Agrícolas, estruturados em unidades, também conhecidas como Escolas-Fazendas com áreas de 1.419 hectares, dos quais 60% são explorados com projetos didáticos/econômicos, são responsáveis, anualmente e em média, pela formação de 460 Técnicos Agropecuários e 40 Técnicos Florestais. (SETA - 1994).

Internamente, os Colégios Agrícolas do Paraná funcionam seguindo o Sistema Escola-Fazenda. É sobre este sistema que passaremos a escrever a seguir.

2.1. Sistema escola-fazenda

O Sistema Escola-Fazenda, adotado a partir de 1968 nos Colégios Agrícolas, possui três componentes com características bem específicas.

A concepção do sistema permite-nos compreender que pessoas e instituições, vistas como componentes de um

mesmo sistema, estão de tal forma integradas e interligadas que o desenvolvimento de uma ação facilita e complementa o desenvolvimento da outra.

Um sistema pode ser definido como um conjunto de elementos dinamicamente relacionados para executar uma atividade ou atingir um objetivo.

Deste modo, o Sistema Escola-Fazenda, fundamentado em três componentes e com suas funções próprias, no desenvolvimento da ação educativa mantém entre si uma interdependência. Esta propiciará condições para a efetividade do processo ensino/produção, bem como a vivência com a realidade social e econômica da comunidade.

Os conteúdos de Educação Geral e Formação Especial ministrados em sala de aula constituem a fundamentação teórico-prática, que possibilita aos alunos aplicá-los técnica e racionalmente na execução dos projetos agropecuários, agroindustriais, artesanais e de melhoramentos das Unidades Educativas de Produção.

Durante o processo produtivo são aperfeiçoados métodos e introduzidas novas técnicas que servirão como realimentação aos conteúdos programáticos ministrados em salas de aula. Esse acréscimo de conhecimentos, por sua vez, agirá sobre o futuro processo produtivo com maior eficiência.

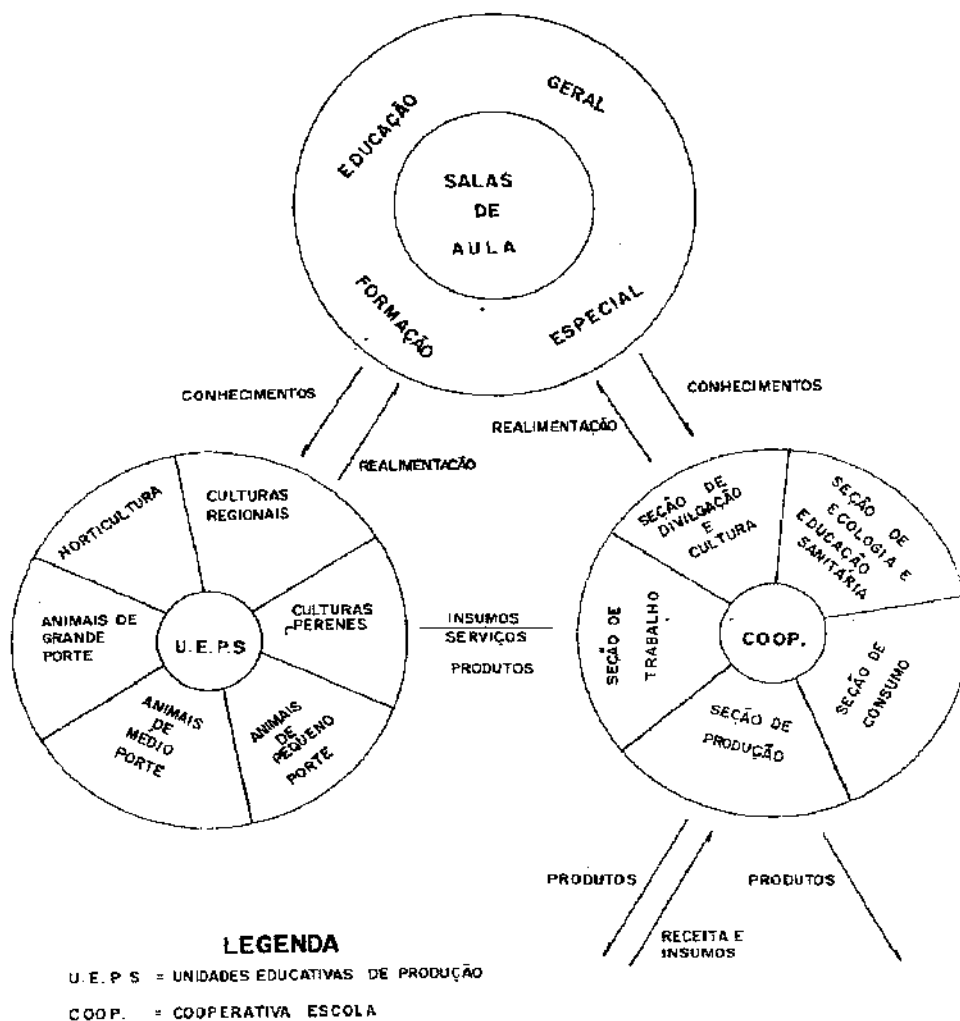
Os bens produzidos nas Unidades Educativas de Produção são encaminhados à Cooperativa-Escola que os dis-

tribuirá para consumo no refeitório e/ou comercialização, assegurando a continuidade e/ou implantação de novos projetos.

A cooperativa fornece às Unidades Educativas de Produção, bens e serviços tais como: fertilizantes, defensivos, sementes, rações, medicamentos, máquinas e mão-de-obra especializada. Tudo isto permite aos alunos familiarizarem-se com as atividades administrativas, próprias da instituição, e subsidia os professores para atualização dos respectivos conteúdos programáticos, ministrados em salas de aula, corrigindo distorções e aperfeiçoando o funcionamento da Cooperativa-Escola.

Assim, a escola agrícola pode ser entendida como uma organização sistemática que recebe do ambiente informações, serviços e insumos e os processa, transformando-os numa variedade de resultados como produtos agropecuários e técnicos habilitados. Para uma melhor compreensão do funcionamento do sistema, veja-se a representação gráfica a seguir.

SISTEMA ESCOLA - FAZENDA



Esse Sistema de Escola-Fazenda possui três componentes que atuam de forma integrada: sala de aula, unidades educativas de produção e cooperativa-escola, cujo funcionamento obedece à mesma organização sistemática:

2.1.1. Sala de aula

Entende-se por sala de aula qualquer ambiente onde são ministradas, adequadamente, aulas teórico-práticas das disciplinas de Educação Geral e Formação Especial, tais como: salas convencionais, laboratórios, salas ambiente, dentre outras. Assim, o professor, ao ministrar o conteúdo de sua disciplina, deverá definir o ambiente mais adequado à eficiência do ensino.

2.1.2. Unidades educativas de produção

Entende-se por unidades educativas de produção os ambientes onde são ministradas aulas demonstrativas de Formação Especial, desenvolvidos projetos de Culturas e Criações e executadas as tarefas pertinentes a eles, que têm por objetivos contribuir para a fixação da aprendizagem, o desenvolvimento de habilidades e destrezas necessárias ao futuro profissional e a produção de bens, destinados à manutenção do refeitório, de outros projetos e o excedente, à comercialização. Os valores resultantes da comercialização serão aplicados na aquisição de insumos para implantação e manutenção de projetos.

2.1.3. Cooperativa-escola

A cooperativa-escola é uma instituição formal, constituída por alunos regularmente matriculados na escola e tem por objetivos: apoiar a escola na ação educativa, promover a defesa econômica dos interesses comuns dos associados, executar projetos agropecuários, realizar a comercialização da produção e, ainda, oportunizar a prática dos princípios do associativismo e do cooperativismo, através de conteúdos recebidos na disciplina de administração rural. Tal assunto será oportunamente detalhado no item órgãos internos e de apoio do Colégio Agrícola.

CAPÍTULO III

ENSINO AGRÍCOLA EM GUARAPUAVA - 1954-1994

Considerando a importância deste tipo de ensino e sua inserção direta na economia do município como formador de mão-de-obra especializada, reconstituiremos a seguir a história do Ensino Agrícola em Guarapuava. Para uma melhor compreensão dessa inserção na economia local e também a necessidade para sua criação iniciaremos pela descrição dos aspectos históricos e as características gerais de Guarapuava, objetivando com isso destacar e situar o leitor nos diversos momentos do ensino agrícola.

3.1. Aspectos históricos do município de Guarapuava

Data de 1771 a descoberta dos famosos campos de Guarapuava. Seu descobridor, o Tenente de milícias Cândido Xavier de Almeida e Souza, explorando por ordem do Governador de São Paulo, Dom Luiz de Souza, que por sua vez cumpria ordens do Marquês de Pombal, foi o primeiro a avistar estes campos.

A expedição, após várias e infrutíferas entradas pelo sertão, na exploração das bacias dos rios Iguaçu, Ivaí e Piquirí, sob a dureza do novo território e acosado pelas feras e pelos índios, por várias vezes viu-se coagida ao regresso, ora por morte dos líderes das expedições, ora por falta de recursos.

Dividiu-se a expedição em diversas etapas, sob o comando do tenente Cândido Xavier.

"Em 1770, descia êle o Iguassú até alcançar o 'Funil', onde chegou a 3 de setembro daquele ano. Tendo avistado do lugar onde acamparam os expedicionários, um grande clarão a NE., sob as ordens de um sargento, 8 homens partiram a 9, e a 10, regressaram, noticiando o encontro de um rincão onde havia 'roças' e farto paiol de mantimentos. Cândido Xavier regressou atrás, até a foz do Capivirussú (Rio Jordão) e enviou o mesmo sargento com homens sob seu comando, à descoberta dos campos. 9 de setembro de 1770". (FOLHA DO OESTE, 1953, 1)

Atingindo a campanha, Cândido Xavier ergueu o Forte Nossa Senhora do Carmo, de onde regressou a Curitiba, e a 17 de dezembro do mesmo ano fazia o relato da expedição ao Tenente Coronel Afonso Botelho, encarregado por Dom Luiz de Souza de organizar as expedições.

Censurado por Dom Luiz por ter abandonado a empreitada, Cândido Xavier, em 1771, apesar de tudo, con-

tinuou a sua missão, abrindo uma picada que o conduziu-se aos novos campos.

Depois de muitos acidentes atingiu a região em abril de 1771, onde encontrou Francisco Martins Lustosa, e mais tarde o próprio Tenente Coronel Afonso Botelho. Este veio tomar posse dos campos e aqui aportou em 4 de dezembro de 1771, acampando no Forte Nossa Senhora do Carmo, à margem do Rio Jordão.

Só depois da vinda da Família Real de Portugal para o Brasil, em 1808, é que foi organizada uma nova expedição aos campos de Guarapuava, para a sua ocupação definitiva.

Liderava a expedição Diogo Pinto de Azevedo Português, acompanhando-a como Capelão encarregado da catequese dos índios o Padre Francisco das Chagas Lima.

Em 17 de junho de 1810 a expedição chegou na cabeceira do Rio Coutinho, ao norte de onde se encontra hoje a cidade. Em seguida levantou-se uma "Atalaia" sobre quatro esteios e altura de quarenta palmos.

Concluídas lentamente as primeiras construções em 1812 iniciou-se então o aldeamento dos índios, com a captura do índio Pahy. Este foi convencendo gradativamente os demais "primitivos" das vantagens de serem aldeados. Finalmente, a 7 de agosto de 1812, apareciam ali para ficar 312 índios.

Quanto ao destacamento, emergia nele o descontentamento e eram contínuas as deserções, devido aos ataques dos índios e também pelas precárias condições de vida que se ofereciam aos soldados.

Em 1817, com a retirada da tropa real, aqui permaneceu apenas o Padre Chagas e os primeiros povoadores "civilizados" que, desde 1816 apontaram aos campos vindos de Castro para o trabalho das sesmarias e fazenda de gado. Somente em setembro de 1818 é que foi nomeado comandante interino da "Povoação e Conquista", o Tenente Antonio da Rocha Loures, que aqui chegou nos primeiros meses de 1819.

Finalmente, em 11 de novembro, era criada por alvará de Dom João VI a freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava. A 18 de dezembro, escolhia-se o local da povoação. Após muita discussão, prevaleceu a opinião do Padre Chagas, que escolheu e justificou a sua opinião.

"O Padre Chagas egressou de São Paulo (...) como vigário Calado da Paróquia de Nossa Senhora de Belém, criada por sua majestade; graças a Dom Matheus e com ordem não só de instalar a sede da paróquia no lugar por ele próprio escolhido.

Foram, e sem perder tempo, com a colaboração dos expedicionários residentes no Atalaia, construídas no lugar preferido pelo Padre as casas da nova povoação para a qual

Limita-se ao norte com o município de Turvo; ao leste, com Prudentópolis; a sudeste, com Inácio Martins; ao sul, com Pinhão e Mangueirinha; e a oeste, com Laranjeiras do Sul e Cantagalo.

A área do município situa-se em uma região subtropical úmida, com inverno rigoroso, cuja temperatura frequentemente atinge 0°C. (temperatura mínima de -4°C - julho de 1994).

Várias rodovias servem o município de Guarapuava. Ligando-a ao Porto de Paranaguá e a Foz do Iguaçu, temos a BR 277; para Ponta Grossa e a Região Sudeste do Paraná e Noroeste de Santa Catarina, temos a BR 373; para Região Noroeste e Norte do Paraná, temos a PR 466, e para Região Sul do Paraná temos a PR 170. (DNER - 1995).

A Rede Ferroviária Federal tem um terminal em Guarapuava, e a partir desse terminal está sendo construída a FERROESTE, que seguirá até a cidade de Guaíra -Pr.

Por ar, o município dispõe de um aeroporto com pista pavimentada e balizada com 1.480m, permitindo o pouso e decolagem de aviões de porte médio.

Guarapuava conta hoje com uma população de 180 mil habitantes assim distribuídos: na zona urbana 120 mil habitantes e na zona rural 60 mil habitantes. (IBGE - 1994).

que os grandes proprietários, que se utilizam da mecanização, pelo incentivo à exportação, tendem sempre a monocultura de soja, milho e trigo.

" Nesse sentido, é importante levar em conta a força dos pequenos produtores (-100 ha) que, ocupando apenas um quinto da área agrícola do país e recebendo um terço do financiamento, são responsáveis por mais de 70% da produção destinada ao mercado interno, por 56% da produção destinada à exportação e por aproximadamente 80% da oferta de empregos. Apesar da relevância dessa oferta, a grande maioria desses estabelecimentos, opera com base na força do trabalho da unidade familiar".(GRAZIANO DA SILVA, 1978, 114)

Assim, o trabalho familiar ainda é de importância fundamental na agricultura guarapuavana, sendo sua significação inversamente proporcional aos estratos da área e/ou valor da produção, ou seja, quanto menor a propriedade em termos de área e/ou produção, maior é a importância desse tipo de trabalhadores.

| ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE GUARAPUAVA | | |
|-----------------------------------|-------------------------|-------------|
| ÁREA EM HA | Nº. DE ESTABELECIMENTOS | TOTAL EM HA |
| 1 | 50 | 29 |
| 1 2 | 582 | 760 |
| 2 5 | 1.299 | 4.492 |
| 5 10 | 771 | 5.747 |
| 10 20 | 961 | 14.048 |
| 20 50 | 1.011 | 32.489 |
| 50 100 | 529 | 37.353 |
| 100 200 | 320 | 45.690 |
| 200 500 | 254 | 80.496 |
| 500 1000 | 121 | 83.963 |
| 1000 2000 | 55 | 75.257 |
| 2000 5000 | 06 | 17.068 |
| 5000 10000 | 01 | 2.275 |

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário - 1985

Analisando os dados obtidos, observa-se que a estrutura fundiária de Guarapuava ainda estava em 1985 com um número maior de estabelecimentos agrícolas com áreas de 2 a 5 hectares (1.299), portanto eram pequenas propriedades, cuja mão-de-obra era essencialmente familiar e a produção bastante diversificada (verduras, legumes, arroz, feijão, milho, peixe, pequenos animais).

"Somente na década de 1950 teria início a transformação da economia tradicional, com o avanço capitalista, com a utilização de máquinas, insumos, investimentos públicos e privados, e o uso em maior escala de mão-de-obra assalariada." (ABREU, 1986, 165)

Diante dessas inovações na forma de exploração, os pequenos produtores procuram cada vez mais aumentar a produção sem expandir a área cultivada, através da utilização de técnicas transmitidas pelos técnicos das empresas de assistência técnica e extensão rural (EMATER) ou então pelos conhecimentos adquiridos pelos seus filhos ou parentes que estudaram no Colégio Agrícola.

3.2. O ensino agrícola em guarapuava

Essa modalidade de ensino instaurada no Brasil em 1875, nasceu em nossa cidade sob a designação de Escola de Trabalhadores Rurais. Localizada numa área às margens da BR 277, a escola teve sua construção iniciada no primeiro governo de Moysés Lupion (1946-1950), sendo Secretário de Viação, Obras Públicas e Agricultura do Paraná, o Sr. Benjamim Mourão. Foi concluída em 1951 no governo de Bento Munhoz da Rocha Netto, sendo então secretário o Sr. Francisco Lacerda Werneck.

Após o término da construção do prédio, a escola permaneceu fechada de 1951 até 1954, por um descaso do governo estadual e conseqüente prejuízo para toda a população rural da região.

Tal situação também foi criticada na 62a. sessão do 2o. Período Legislativo da Câmara Municipal de Guarapuava no dia 29 de setembro de 1953 pelo então vereador Luiz Pletz Cleve. Diz ele:

"Fui até aquele local, constatando de fato o abandono em que se encontra e que os danos ali causados não são por animais que ali pernoitaram, mas principalmente por mãos de pessoas criminosas, que quebram vidros, globos, caixa de instalação, etc, tudo por um simples esporte." (Livro Ata da Câmara Municipal - Ano 1953, folha 126)

Como providência, a Câmara Municipal de Guarapuava, através de seu Presidente, o Vereador Sebastião de Camargo Ribas, oficiou o Senhor Governador do Estado, pedindo o pleno funcionamento da escola o mais breve possível, ou, então, a nomeação de um guardião permanente para atender o estabelecimento.

No ano seguinte, assim também era descrita aquela situação pelo jornal Folha do Oeste, N° 33, página primeira de 02 de Maio de 1954:

"... apesar dos governos que aí estão, Guarapuava vive seus dias de intenso progresso

em todos os setores, não se justificando, pois, que não esteja em pleno funcionamento também a sua E.T.R. (Escola de Trabalhadores Rurais). Não faltam por aí filhos de lavradores e outros, com pendor para a vida do campo; e a necessidade de formação de homens perfeitamente úteis para a vida rural, é mais premente que nunca".

Após inúmeros apelos da comunidade, a escola foi finalmente inaugurada no dia 29 de dezembro de 1954, mas seu funcionamento administrativo só teve início em 01 de fevereiro de 1955, sob a orientação do seu primeiro diretor, o Sr. Syrthon Loures Martins, nomeado pelo governador para o período de 4 anos (1954 a 1958), conforme registro em livro Ata de No.01 folha 01 da instalação e funcionamento da Escola de Trabalhadores Rurais "Manoel Ribas" de Guarapuava.

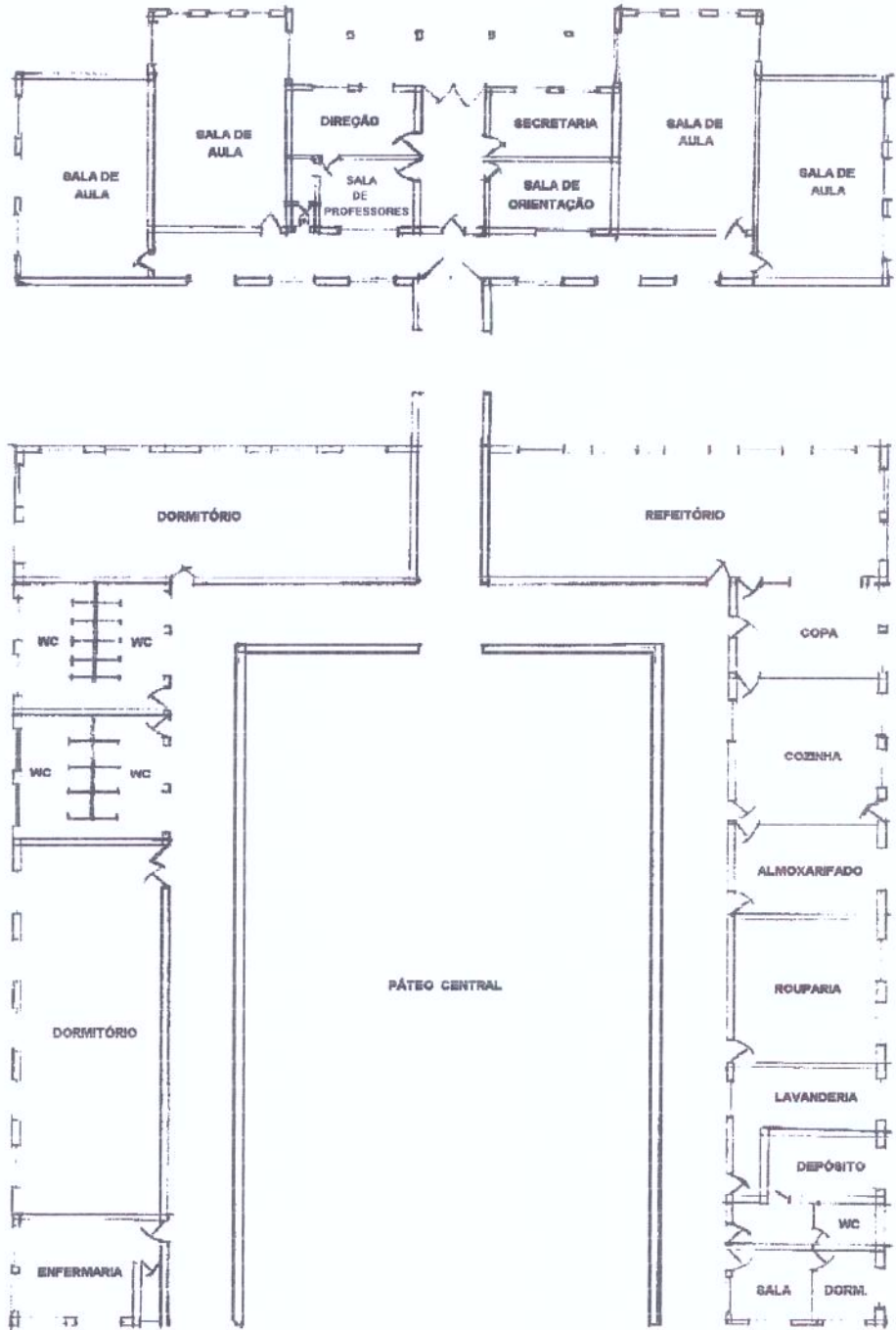
Por um lamentável equívoco de um dos antecessores do então Secretário da Produção, através de um decreto administrativo, foi dada a designação de "Manoel Ribas" ao educandário em questão, quando já existia a Lei No. 314/49, votada pela Assembléia Legislativa e sancionada pelo governador de então, Moisés Lupion, dando o nome de "Arlindo Ribeiro", ex-prefeito de Guarapuava, à escola. (Anexo N° 1). Tal equívoco foi solucionado através de um novo decreto governamental que declarou sem efeito o primeiro. (Anexo N° 5)



Foto N° 1

A escola (foto 1) então inaugurada funcionou num edifício construído especialmente para este fim. Com quatro pavilhões, sendo o primeiro organizado para repartições administrativas e pedagógicas e mais quatro salas de aula. O segundo, o terceiro e o quarto pavilhões são unidos ao primeiro por um corredor coberto. Estes três pavilhões formam um "U". No pavilhão de ligação instalou-se um dormitório e o refeitório, no terceiro a copa, cozinha, aprovisionamento, passadeira, lavanderia e um apartamento para o Diretor e no quarto pavilhão instalou-se um segundo dormitório e uma suíte para enfermeira e gabinete médico-dentário, conforme ilustra a seguir a planta baixa do prédio.

PLANTA BAIXA DO PRÉDIO CENTRAL DO COLÉGIO
AGRÍCOLA DE GUARAPUAVA



3.2.1. Descrição física da escola - ano de 1957

Conhecendo pessoalmente os Colégios Agrícolas de Foz do Iguaçu, Palmeira, Clevelândia e Rio Negro, constatou-se que existe uma semelhança na forma arquitetônica das construções e também na finalidade para a qual foram idealizadas, ou seja, servir de escola e também de alojamento para todos os que ali se matriculassem, bem como para o pessoal administrativo.

Assim, ao descrever o Colégio Agrícola de Guarapuava, estamos, ao mesmo tempo, descrevendo fisicamente todos os Colégios Agrícolas do Estado do Paraná. Porém, cabe também lembrar aqui que não é esta a nossa intenção, apesar de que foram algumas das características físicas do Colégio Agrícola de Guarapuava que nos motivaram à realização desta pesquisa.

Construído com o objetivo de servir como escola e alojamento, o prédio central foi e vem sofrendo modificações físicas, visando com isso oferecer melhores condições aos alunos internos e semi-internos, bem como criar espaços para implementação de novos setores pedagógicos.

Segundo o relato do funcionário aposentado que desempenhava a função de Inspetor de Alunos - o Senhor Flaron de Jesus Monteiro - e analisando a planta baixa

do prédio central, obtivemos uma descrição física da escola no ano de 1957. Para melhor compreensão desse espaço físico, ilustramos a seguir a descrição com fotos em preto e branco da época.

O prédio central é uma construção em alvenaria de tijolos duplos, com ótimo acabamento para a época, coberto com telhas de barro, com piso cerâmico nos corredores dos prédios e a outra parte em assoalho de madeira de pinho beneficiado, sendo o forro de tipo lambri. Todo o edifício é servido por rede de luz e água.

O pavilhão frontal possui quatro salas de aula, com capacidade para 45 alunos cada, sala de professores e reuniões pedagógicas e administrativas e uma secretaria e banheiro para os professores e funcionários.

Para a estruturação física do internato, o prédio dispõe de dois alojamentos para alunos comportando 45 camas e armários para a guarda das roupas e objetos pessoais dos internos (foto nº 02).



Foto Nº 2

Um refeitório com piso em ladrilhos, com 25 mesas de 4 cadeiras, uma copa também com piso de ladrilhos com 1/3 de paredes azulejadas, ligada a uma cozinha azulejada, mobiliada com grande fogão, pias duplas, grandes balcões para guarda de grande quantidade de louças, talheres e demais utilidades culinárias (fotos nº 03 e 04).



Foto N° 3



Foto N° 4

Um almoxarifado com prateleiras especiais para guarda de gêneros, assim como caixão para secos e molhados, uma mesa para escrituração e controle (foto nº 05).



Foto Nº 5

A lavanderia do internato é composta por dois tanques azulejados para lavagem de todas as roupas dos alunos bem como as demais peças pertencentes à própria escola, tais como panos de prato, toalhas de mesa e rosto, tapetes, contendo 4 pontos de saída d'água com esgoto respectivamente. A rouparia dispõe de duas bancadas para passar as roupas e prateleiras numeradas para guarda de roupas lavadas e também as de serviços gerais (macacão, luvas, botas, etc.) (foto nº 06).



Foto N° 6

Há também quatro máquinas de costura, marca Singer, para o conserto das roupas dos internos e também as de serviços.

As instalações sanitárias são coletivas e em número de duas, contendo cada uma 5 chuveiros elétricos, 5 vasos sanitários e 5 lavatórios localizados ao lado dos dois alojamentos (fotos n° 07, 08 e 09).

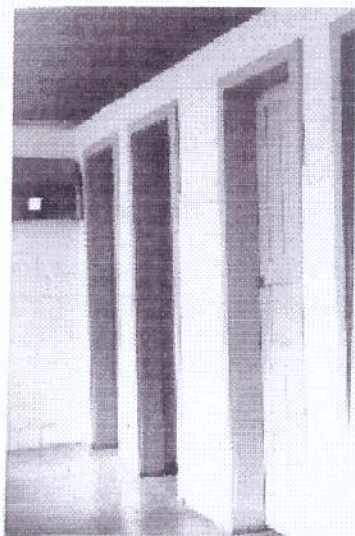


Foto N° 7

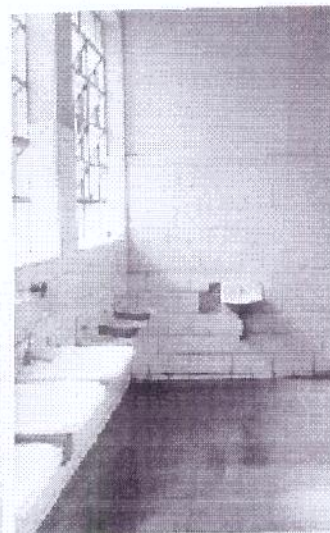


Foto N° 8



Foto N° 9

Próximo ainda dos alojamentos temos uma sala para ambulatório, com pia, fogareiro elétrico para esterelização, ferramentas de primeiros socorros, uma cama para curativos, um armário para medicamentos, um armário para utensílios dentários e médicos, uma enfermaria com 4 camas, com instalação sanitária completa e em boas condições para a época (fotos n° 10 e 11).

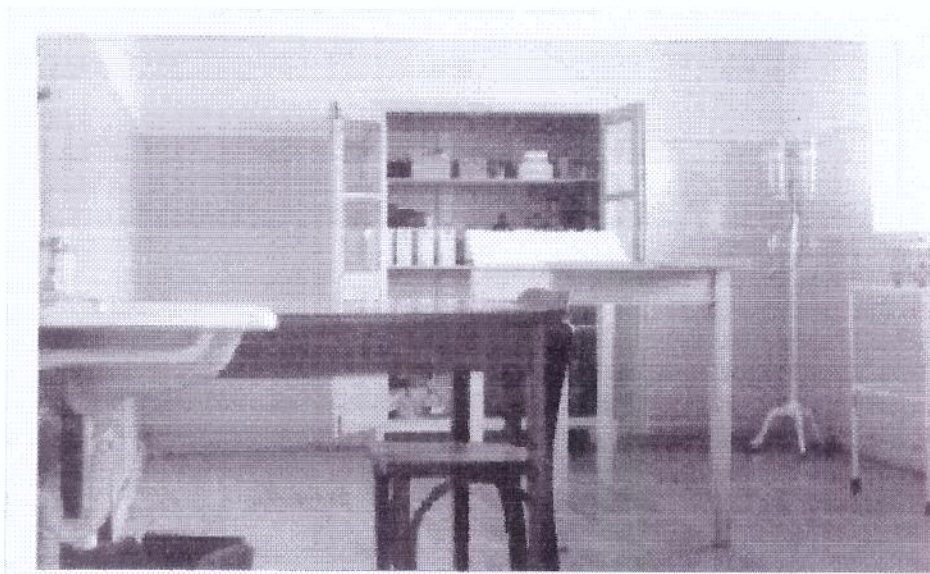


Foto N° 10



Foto N° 11

Um apartamento com 3 peças em uma das extremidades do prédio serve de moradia ao Diretor e sua família. Para os funcionários a escola oferece quatro casas tipo padrão em madeira de pinho, cobertas com telhas, assoalhadas e forradas, com luz elétrica e água de poço (foto n° 12).

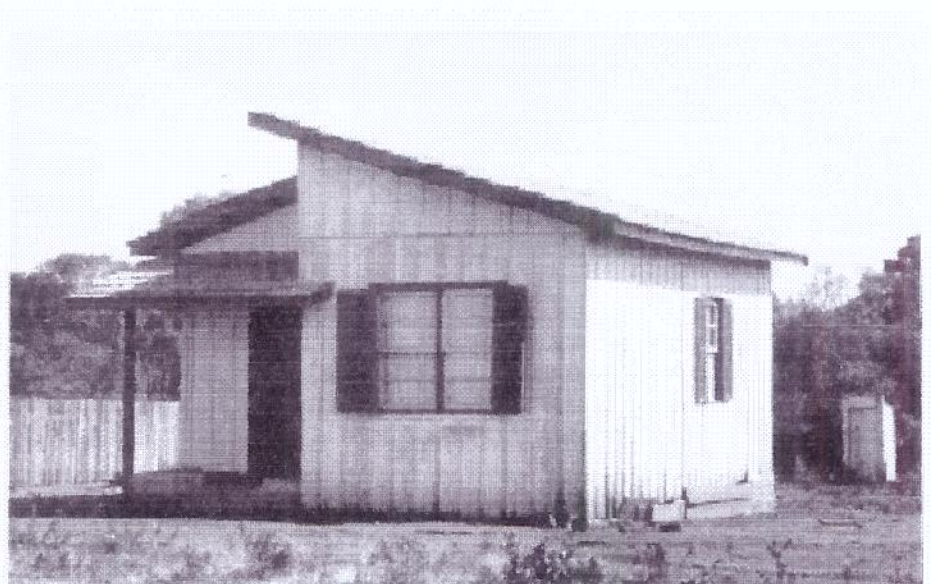


Foto N° 12

Próximo ao prédio central, há um galpão para máquinas, sem paredes, coberto com lâminas de pinho, construção rústica e provisória, contendo em uma das extremidades um almoxarifado pequeno para guarda de combustíveis e ferramentas, e em outra extremidade, uma pequena oficina para serviços de carpintaria.

Equipa ainda este galpão uma pequena quantidade de instrumentos de uso manual e individual, como enxadas, pás, cortadeiras, enxadão e picaretas. Para a oficina de carpintaria há martelos, serrotes, serras traçadeira.

Com relação a abrigo para animais, há uma pocilga rústica coberta com lâminas de pinho, servindo para 5 animais fêmeas, e um mangueirão coletivo cercado com madeira de quarta (costaneiras de pinho), bem como um aviário em construção de madeira de refugo.(foto nº13).

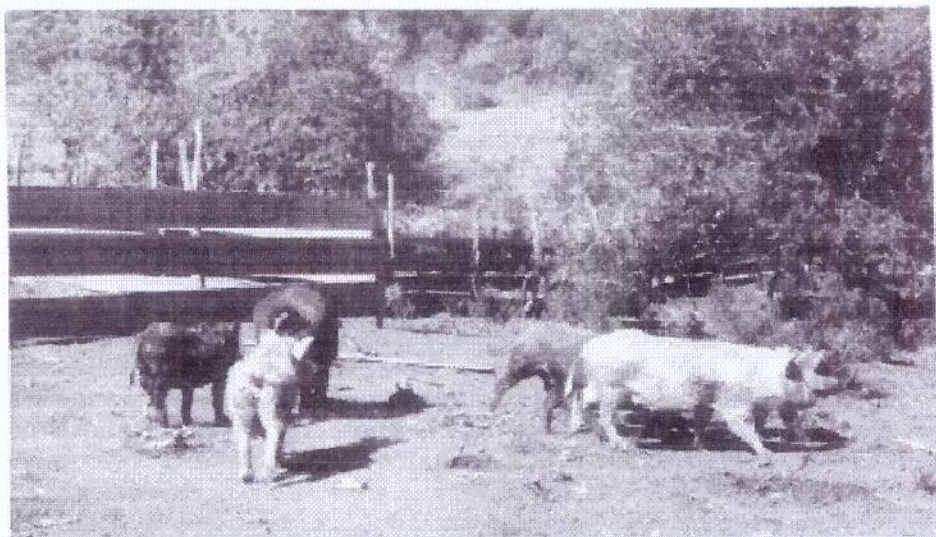


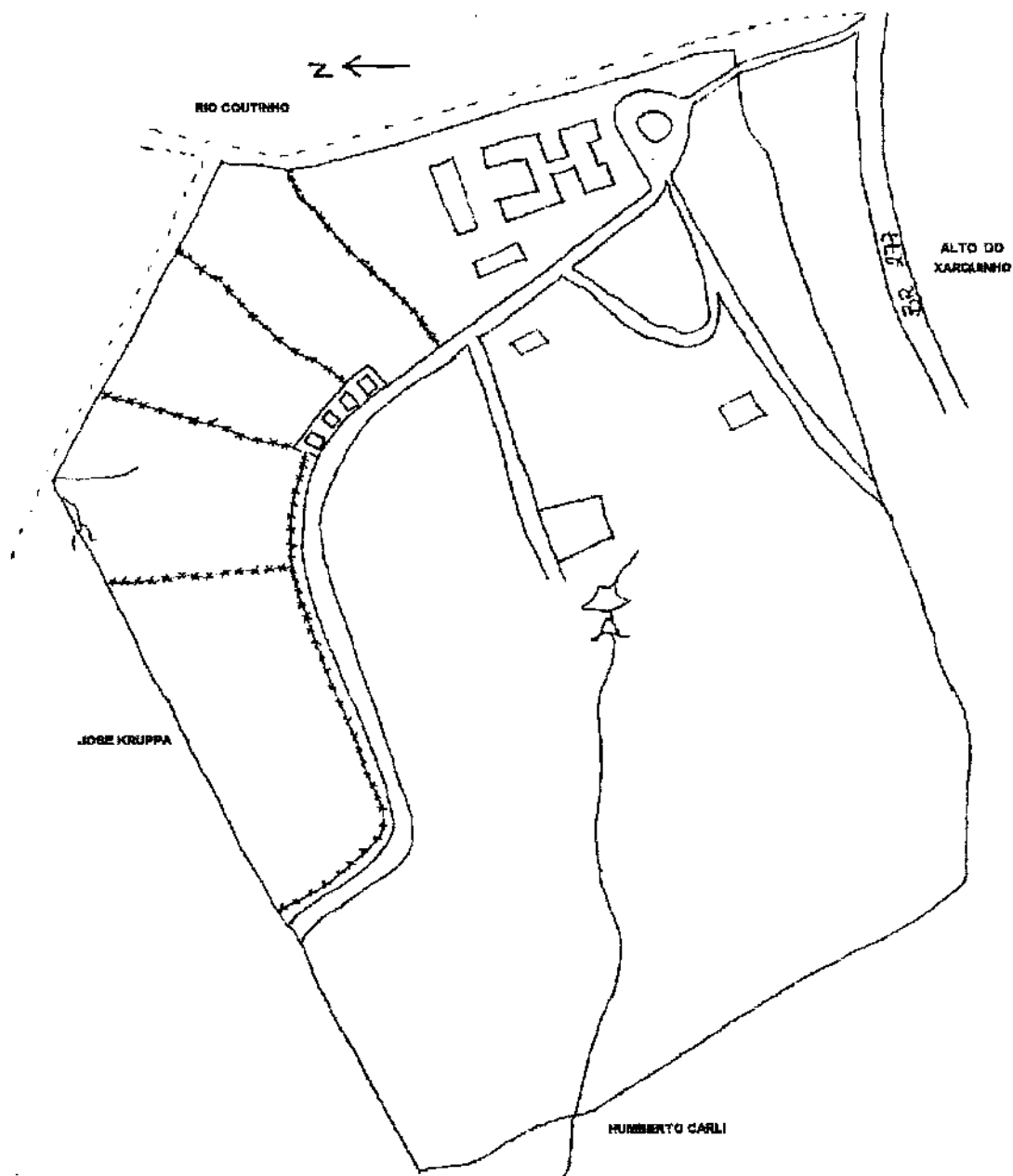
Foto Nº 13

A escola possui uma área de 100 hectares, conforme ilustra o croqui a seguir, sendo que tal área consta do

Registro Geral de Imóveis e Hipotecas do 1º Ofício no Livro N° 4C, folhas 185 (Anexo N° 3). Esta área foi doada pelo Poder Executivo de Guarapuava, representado pelo Prefeito Municipal Juvenal de Assis Machado, ao Estado do Paraná, conforme Lei Municipal N° 32, de 27 de setembro de 1948, para instalação de um Posto Zootécnico, dentro dos seguintes limites: Ao Norte, pelo Rio Coutinho, e deste por um ribeirão que divide os terrenos da Prefeitura do imóvel denominado Aldeia; a Leste por uma estrada carroçavel temos o Alto do Xarquinho, caminho esse que vai se encontrar com a estrada geral para Palmeirinha; ao Sul, pelo corredor que confina com terrenos foreiros de Humberto Carli; ao Oeste, com terrenos foreiros de José Kruppa e um córrego que vai desaguar no Rio Coutinho.

O Documento de posse do terreno foi expedido em 24 de outubro de 1968 (Anexo N° 4), pelo então Prefeito Municipal, Senhor Nivaldo Passos Kruger e está registrado no Livro No. 08 de Concessões Foreiras, Folhas 199.

CROQUI DO TERRENO



Em 1962 foi realizado, através do Diretor da Escola, o Dr. Syrthon Loures Martins, o primeiro levantamento patrimonial da escola, por solicitação do Diretor

do Departamento de Ensino Superior, Técnico Profissional. Assim foi descrita a área da Escola:

"Área total da escola 100 has. Prédio de Administração e de atividades 0,2 has. Área em horta (plantada em hortaliças: alface, couve, repolho, rabanete, acelga, beterraba, cenoura 0,1 has). Área de pomar em formação 0,8 has. Plantas têxteis e plantas forrageiras prejudicado para época. Área em cereais 6,0 has. Área em outras culturas 1,0 has. Área em café prejudicado. Área de cultura em cobertura, adubação verde. Pastagens cultivadas prejudicada. Pastagens naturais de capim mimoso, barba de bode, palha larga e outras nativas 19,0 has. Área em florestas naturais com essências nativas como pinheiro, caneleira, pimenteira, imbuia, pau-de-bugre, leiteiro, 58 has. Terras inaproveitadas 5 has. (Ofício No. 164/62, DE 20 DE SETEMBRO DE 1962).

Também foi descrita a Fazenda de maneira sucinta.

"A entrada da propriedade está situada no quadrante sul, recebendo o viajor através de um portão coberto com construção ripada e caiada em branco, (...) A seguir uma alamêda recém ajardinada com plantas ornamentais, leva a portaria do edifício da escola. Nas margens desta alamêda encontram-se culturas diversas como mandioca e batatinha, etc. Na porção de terras a oeste estende-se a horta, atualmente com 140 can-

teiros (recém-construídos), até uma rústica pocilga, junto a qual há uma rica nascente. Neste quadrante estende-se a grande maioria da mata. No quadrante norte está situado uma modesta praça de esportes (futebol, basquete, voleibol). Neste mesmo quadrante área de cereais gramíferos, com barracões rústicos para maquinaria, coberto com lâminas de pinho, local de abrigo das máquinas da patrulha mecanizada. O imóvel em todo o seu perímetro, é fechado com cêrca de 8 fios de arame farpado e palanques de imbúia lascada. (...) (OFÍCIO No. 164/62, DE 20 DE SETEMBRO DE 1962).

A partir do ano de 1962, percebe-se que ocorrem mudanças físicas na escola, tendo em vista a implantação do Ginásio Agrícola e também uma necessidade de implementar novos projetos para atender a grade curricular do curso ginásial. Observa-se contudo que não há uma organização do espaço para a produção. As construções eram rústicas e serviam de abrigo para máquinas de outros órgãos do Estado, como foi o caso da Patrulha Mecanizada pertencente à Secretaria da Agricultura.

3.2.2. Organização pedagógica

Em maio de 1957 começou o funcionamento pedagógico da Escola de Trabalhadores Rurais de Guarapuava, com

curso primário e parte elementar de noções rurais, nos termos do Decreto N° 778/38.

A escola se transformou em 1960 e, pelo Decreto N° 31.657/60, publicado no Diário Oficial N° 144/60, foi elevada para Escola Agrícola de Nível Médio. Em 1962, pela Portaria N° 663 de 27 de julho do mesmo ano, foi aprovado o Currículo que vigorou até o ano de 1966.⁵

Pela Portaria N° 1.049 de 06 de novembro de 1962, publicada no Diário Oficial No. 2.224 de 05 de dezembro de 1962, é estabelecida a nova estrutura da rede de estabelecimentos subordinados ao Departamento de Ensino Superior Técnico Profissional (D.E.S.T.P.), onde a Escola de Trabalhadores Rurais foi transformada em Ginásio Agrícola "Arlindo Ribeiro", iniciando, deste modo, suas atividades de 1° Ciclo (Curso Ginásial), nos termos da Portaria N° 1.024/62, com a primeira série ginásial no ano letivo de 1963.

Pelo Parecer N° 177/67, iniciado pelo Processo N° 136/66 e aprovado através da Resolução N° 27/67, o Conselho Estadual de Educação aprovou o Currículo do Ginásio Agrícola "Arlindo Ribeiro", para funcionamento a partir de 1967.

Definiu-se também que o ensino das disciplinas específicas, de acordo com o estabelecido no inciso 3° do artigo 30 da resolução 26/65 - CEE compreenderia a prá-

⁵ As disciplinas constantes do presente currículo estão listadas na página 92 deste trabalho.

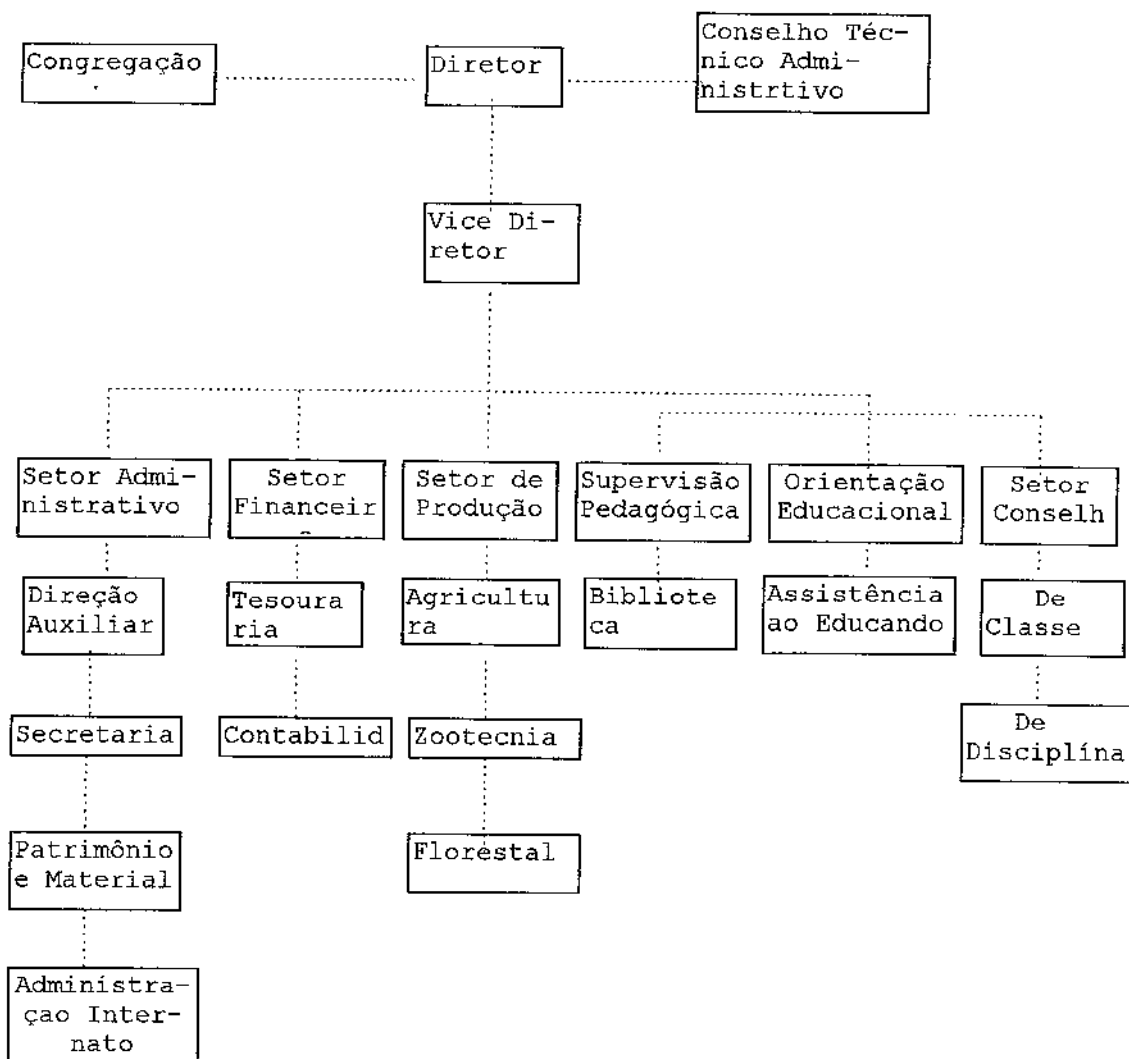
tica das mesmas, em oficinas, laboratórios e trabalhos de campo. As práticas educativas como Educação Moral e Cívica, Educação Artística, Oficina Rural, Artes Aplicadas e Noções de Higiene seriam desenvolvidas através dos métodos de projetos em grupos, abrangendo as diferentes áreas de trabalho pedagógico, para propiciar, através de rodízio periódico ampla participação das diversas equipes naquelas modalidades de práticas educativas.

A Portaria N° 744/67, tendo em vista a Resolução 167 do C.E.E., denominou de Ginásio Estadual os Ginásios Agrícolas supervisionados e coordenados pelo D.E.S.T.P.

Pela Portaria N° 117/68, estabeleceu-se o Calendário Escolar e a implantação do Sistema Escola-Fazenda.

Finalmente pelo Decreto N° 13.737/68, elevou-se este Ginásio Agrícola à categoria de Colégio. Com o curso Colegial Agrícola, iniciado a partir de 1969, houve a extinção gradativa do curso ginásial e a implantação das atividades do 2° Ciclo. Essa situação jurídica permanece até os dias de hoje.

3.2.3. ORGANOGRAMA DO COLÉGIO AGRÍCOLA
ESTADUAL "ARLINDO RIBEIRO"



ÓRGÃOS DA ALTA DIREÇÃO

a. CONGREGAÇÃO DE PROFESSORES.

É um órgão deliberativo e consultivo em assuntos didático-pedagógicos do Colégio Agrícola Estadual "Arlindo Ribeiro".

São integrantes da Congregação todos os membros do corpo docente, os responsáveis pelo serviço de orientação educacional e supervisão pedagógica, o Diretor e Diretor-Auxiliar e um representante do corpo discente, eleito entre seus pares no início do ano letivo, sendo-lhe vetado o direito de ocupar a presidência nas reuniões da Congregação.

As sessões da Congregação são presididas pelo Diretor do Colégio que, em suas faltas ou impedimentos, é substituído pelo Diretor-Auxiliar.

b. CONSELHO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.

É um órgão consultivo e normativo da Direção em assuntos técnicos e administrativos.

Compete ao Conselho:

- elaborar o plano de ação anual do colégio;
- sugerir modificações no Regime Escolar;
- Acompanhar e avaliar os trabalhos do colégio;
- elaborar o Regulamento interno do internato;

c. DIREÇÃO.

É o órgão que preside ao funcionamento dos serviços escolares, ao trabalho dos Professores e as atividades dos alunos. Os colégios do Estado do Paraná são dirigidos por diretor eleito diretamente pela comu-

nidade acadêmica e designado conforme disposto em resolução que regulamenta o sistema de escolha de diretores.

Quando o Diretor pertencer a área pedagógica, a função de Diretor-Auxiliar será preenchida, preferencialmente, por um profissional de nível superior da área das Ciências Agrárias e vice-versa. Além, da responsabilidade de todas as atividades desenvolvidas pelo colégio, compete ainda ao diretor:

- coordenar e controlar a execução do Plano Anual de Trabalho, dando conhecimento de sua aprovação aos demais órgãos internos do colégio, ao Núcleo Regional de Ensino e ao Departamento de Ensino de 2º Grau, setor de Ensino agrícola.

- identificar os interesses e as necessidades da região para promover relações com outros estabelecimentos ou instituições.

- manter o fluxo de informações entre todos os Colégios Agrícolas e outros órgãos do sistema educacional.

- aplicar atos de elogio ou de penas disciplinares, segundo o que estabelece o Regimento Interno.

- propor a contratação e/ou substituição de professores, funcionários.

- deferir matrículas de alunos.

- zelar pelo patrimônio público alocado no colégio.

d. DIREÇÃO-AUXILIAR.

É o órgão que se responsabiliza pelo assessoramento das atividades técnico-administrativas e/ou pedagógicas do colégio. Além dessa função, compete ao Diretor-Auxiliar:

- executar as atividades definidas pelo Diretor.
- substituir o Diretor em suas faltas e impedimentos.
- comparecer às reuniões.

Em sua ausência, o Diretor-Auxiliar será substituído pelo Diretor da Unidade Didático-Produtiva.

e. SECRETARIA.

É o setor que tem a responsabilidade de todo o serviço de controle e registro da vida escolar dos alunos e também de toda correspondência do estabelecimento.

f. CONSELHO DE DISCIPLINA

É o órgão destinado a resolver os problemas de disciplina dos alunos do Colégio.

O Diretor é o presidente do Conselho e na sua ausência é substituído pelo Diretor-Auxiliar.

São integrantes do Conselho de Disciplina o orientador educacional, um professor representante de cada turma, escolhido pelos alunos, um aluno de cada turma e o inspetor de alunos.

Compete ao Conselho de Disciplina:

- julgar os problemas de disciplina apresentados pela Direção, professores, funcionários e alunos do Colégio;
- apresentar verbalmente e/ou por escrito as propostas de solução;
- submeter à votação do Conselho a solução proposta;
- aplicar as penalidades propostas pelo Conselho.

Exemplos de diferentes situações-problemas em que as penalidades foram aplicadas e registradas em livro próprio:

1º - briga de dois alunos armados com foice. Após ouvidas as partes e as demais testemunhas, o Conselho de Disciplina registrou advertência por escrito aos infratores. (Livro Ata do Conselho de Disciplina, nº 01, folha nº 052, 1993)

2º - afastar-se do colégio, sem autorização da Direção. O Conselho deliberou por suspender por três dias úteis os dois alunos. (Livro Ata do Conselho de Disciplina, nº 01, folha nº 002, 1985)

3° - ausência nas aulas práticas. O Conselho solicitou a presença dos pais ou responsáveis pelos alunos para conversar sobre a ocorrência. (Livro Ata do Conselho de Disciplina, nº 01, folha nº 002, 1985)

4° - roubo. O Conselho após ouvir os dois alunos envolvidos, decidiu pela exclusão dos mesmo do corpo discente do colégio. (Livro Ata do Conselho de Disciplina, nº 01, folha nº 003, 1985)

Por se tratar de uma escola que funciona em regime de internato e sua clientela ser constituída de jovens do sexo masculino, há necessidade de se manter um sistema permanente de monitoria, existindo para isso funcionários contratados para essa função, e mais monitores-auxiliares escolhidos dentre os alunos para colaborar na fiscalização e manutenção da disciplina nos alojamentos.

As transgressões ou infrações às normas estabelecidas no Regimento Interno, acarreta aos alunos, conforme a gravidade da falta, as seguintes medidas disciplinares, cuja aplicação é definida sempre pelo Conselho de Disciplina:

- advertência oral
- advertência escrita
- suspensão
- exclusão do internato
- transferência compulsória.

A partir de 1988, segundo depoimento do Professor Alacir Valença Soares, Diretor-Auxiliar, e através de um trabalho de conscientização e orientação dos alunos internos, o número de ocorrências diminuiu, bem como a aplicação de punições mais severas por parte do Conselho de Disciplina.

3.2.4. CORPO ADMINISTRATIVO

Desde o início de seu funcionamento, em 1955, o Colégio Agrícola Estadual "Arlindo Ribeiro" de Guarapuava, mostrou ter uma estrutura interna de funcionamento bem definida.

A primeira equipe administrativa era composta por um Diretor, o Engenheiro Agrônomo Syrton Loures Martins, um Secretário, o Professor Isidoro Laertz Virmond e os Trabalhadores Rurais Manoel Vieira dos Santos, Sebastiana de Paula, Osvaldo Loures Camargo, Manoel Pereira de Paiva, Antonio Siqueira Ribas, Maria Olímpia Lérias, Arilda Ferreira Ribas, Leopoldina Jomes, Hamilton Barros, Casemiro Staveski e Osório Marcondes Araújo.

Todos os trabalhadores rurais estavam enquadrados nas funções de trabalhadores de Referência 11,12,14,16 e 20. Essas referências dizem respeito ao cargo para

qual o servidor foi contratado. Por exemplo: O trabalhador referência 11 desempenhava funções de tarefeiro, e assim sucessivamente.

Analisando o quadro de diretores referente ao período de 1954 a 1994, verificamos que foram 18, sendo 17 homens e apenas uma mulher.

"Art. 60. A administração de cada estabelecimento de ensino agrícola estará enfeixada na autoridade do diretor, que presidirá ao funcionamento dos serviços escolares ao trabalho dos professores e orientadores, às atividades dos alunos e às relações de comunidade escolar com a vida exterior". (Lei 9.613 - 1946)

Tal composição deixa bem claro a especificidade da escola agrícola e seu regime de funcionamento.

"Art. 61. (...) Funcionarão os estabelecimentos de ensino agrícola com o regime de internato, e bem assim, para os alunos residentes nas proximidades, com o regime de semi-internato e de externato". (Lei 9.613 - 1946).

Dos 17 diretores, dois tiveram suas indicações feitas diretamente por nomeação do Senhor Governador - períodos 1954 a 1958 o Dr. Syrton Loures Martins e em 1971 o Professor Afonso Luiz de Lacerda (função de Interventor). Os 15 diretores restantes do quadro em ane-

xo, foram designados por portarias do Departamento de Ensino Superior Técnico e Profissional.

Atualmente, a escolha do Diretor se faz por eleição direta com a participação dos três segmentos da escola (professores, alunos e funcionários), ficando aberta também à participação dos pais, através da A.P.M. (Associação de Pais e Mestres) do Colégio.

Quanto ao aspecto profissional dos diretores constatamos que 06 possuíam atividades profissionais ligadas à agropecuária (proprietários, Engenheiros Agrônomos e/ou Médico Veterinário; 01 era militar reformado (67 a 71) e os 10 restantes possuíam atividades ligadas ao Magistério.

QUADRO DOS DIRETORES - 1954 - 1994

| NOME | PERÍODO | PORTARIA |
|---------------------------|-------------|--------------|
| Syrton Loures Martins | 1954 a 1958 | NOMEAÇÃO |
| Mozart P. Dangui | 1958 a 1961 | No. 29/58 |
| Antonio Reis | 1961 a 1962 | No. 601/61 |
| Syrton Loures Martins | 1962 a 1963 | No. 438/62 |
| Vitório Alvetti | 1963 a 1963 | No. 1.439/63 |
| Enedino Brum | 1963 a 1965 | No. 1.464/63 |
| Marcial A. Pontillo | 1965 a 1966 | No. 463/66 |
| Pedro Gorte | 1966 a 1967 | No. 837/66 |
| Manoel Joaquim Madruga | 1967 a 1971 | No. 137/67 |
| Afonso Luiz de Lacerda | 1971 a 1971 | NOMEAÇÃO |
| Henrique Piegel Filho | 1971 a 1972 | No. 30/71 |
| Henrique Alberto Mehl | 1972 a 1973 | No. 604/72 |
| Ignácio Francisco Xavier | 1973 a 1974 | No. 976/73 |
| Danuta Dunim Ferreira | 1974 a 1983 | No. 5.086/74 |
| Francisco C. Alexandrino | 1983 a 1987 | No. 2.444/83 |
| Ariodari F. dos Santos | 1988 a 1989 | No. 4.763/87 |
| Gildo Warpechowski Gorski | 1990 a 1992 | No. 00031/92 |
| Francisco C. Alexandrino | 1992 a 1993 | No. 00032/92 |
| Francisco C. Alexandrino | 1993 a | No. 03953/93 |

Fonte: Secretaria da Escola

Em relação a função de secretário(a), observamos que ao longo do período 1954 a 1994, houve 06 secretários.

Segundo os registros, todos foram designados por portarias do Departamento de Ensino Superior, Técnico Profissional, ouvida a Direção da Escola. Para o exer-

cício deste cargo observou-se não existirem exigências quanto à formação profissional do postulante.

QUADRO DE SECRETÁRIOS - 1954 - 1994

| NOME | PERÍODO | PORTARIA |
|---------------------------|-------------|--------------|
| Isidoro Laertz Virmond | 1957 a 1958 | No. 8.157/57 |
| Osório Marcondes Araújo | 1958 a 1964 | NÃO CONSTA |
| Anália Nascimento Queiroz | 1965 a 1992 | No. 1.361/65 |
| Rosinete Fabiane | 1989 a 1991 | No. 442/89 |
| Lucinda Neves | 1991 a 1992 | No. 110/92 |
| Maria de Jesus P. Santos | 1992 a | No. 389/92 |

Fonte: Secretaria da Escola

A seguir apresentamos o quadro de funcionários referente ao período 1955-1994.

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

| NOME | DATA DA POSSE | FUNÇÃO |
|--------------------------|---------------|--------------------|
| Manoel Vieira dos Santos | 31/05/55 | Trab.Referência 12 |
| Sebastiana S. de Paula | 31/05/55 | Trab.Referência 11 |
| Oswaldo Loures Camargo | 29/01/57 | Trab.Referência 20 |
| Manoel Pereira de Paiva | 29/01/57 | Trab.Referência 14 |
| Antonio Siqueira Ribas | 29/01/57 | Trab.Referência 14 |
| Maria Olimpia Lérias | 29/01/57 | Trab.Referência 12 |
| Arilda Ferreira Ribas | 29/01/57 | Trab.Referência 12 |
| Leopoldina Gomes | 29/01/57 | Trab.Referência 12 |
| João Maria de Barros | TERMO DE | POSSE SEM EFEITO |
| Hamilton Barros | 29/01/57 | Trab.Referência 12 |
| Casemiro Staveski | 29/06/57 | Trab.Referência 14 |
| Osório Marcondes Araújo | 29/06/57 | Trab.Referência 16 |
| Eva Firmam Staveski | 21/10/58 | Trab.Referência 16 |
| Flarom de Jesus Monteiro | 21/10/58 | Trab.Referência 16 |

(Continuação)

| | | |
|-----------------------------|-----------------|-------------------------|
| Eleonora Ribas de Araújo | 29/06/59 | Trab.Referência 16 |
| Maria Jesus Rodrigues | 29/09/59 | Trab.Referência 16 |
| Airton Oliveira Freitas | 30/07/62 | Tarefeiro |
| Sebastião Alves da Rocha | 30/07/62 | Tarefeiro |
| Ignácio Francisco Xavier | 24/05/73 | Diretor |
| Jair Antonio Calassa | 02/07/74 | Tesoureiro |
| Lorivar Sinimbú | 02/07/74 | Tratador Animais |
| Hamilton Correa Paixão | 02/01/78 | Marceneiro |
| João Carlos de Oliveira | 02/05/78 | Motorista |
| Ariodari F. dos Santos | 06/06/78 | Eng. Agrônomo |
| Maria Francisca Mendes | 01/08/79 | Faxineira |
| Roseney Ap. R. Borges | 01/08/79 | Faxineira |
| David Barbosa Sinimbú | 01/08/79 | Trabalh.Agrícola |
| Bolivar Oliveira Macedo | 01/08/79 | Trabalh.Agrícola |
| Adélia Greczczem | 23/02/80 | Faxineira |
| Marciso Jamil Anselmo | 23/08/80 | Trabalh.Agrícola |
| Amaro Moreira | 23/08/80 | Trabalh.Agrícola |
| Luiz Fernando de Paula | 17/09/80 | Técnico Agrícola |
| João Maria de Oliveira | 04/07/84 | Motorista |
| Flarom Jesus Monteiro | 04/07/84 | Inspetor Alunos |
| Rozemari Vuicik | 25/10/84 | Aux. Administrat. |
| José Ferreira dos Santos | 25/10/84 | Vigia |
| Douglas Godofredo | 25/10/84 | Aux. Escritório |
| Neuza B. Fagundes | 25/10/84 | Aux.Serv. Gerais |
| Ciro Antonio K.Marcondes | 25/10/84 | Téc.Contabilidade |
| Vanderlei J. M. Lima | 25/10/84 | Inspetor Alunos |
| Geraldina S. Sinigolia | 25/10/84 | Aux.Serv. Gerais |
| Carlos E. Schipanski | 25/10/84 | Técnico Agrícola |
| Wanda Horst Terra | 17/06/86 | Téc.Contabilidade |
| Roberto A. Przendzuik | 25/01/88 | Técnico Agrícola |
| Moacir B. Requieme | 25/01/88 | Inspetor Alunos |
| José Nilson Campos | 25/01/88 | Inspetor Alunos |
| Joel Antunes Oliveira | 04/02/88 | Aux.Serv. Gerais |
| José S. S. Gonçalves | 14/06/88 | Técnico Agropec. |

(Continuação)

| | | |
|--------------------------|----------|-------------------|
| Sebastião Silvio Ortega | 14/06/88 | Vigia |
| Luiz Carlos Ida | 14/06/88 | Motorista |
| Maria J. P. Santos | 14/06/88 | Aux.Serv. Gerais |
| Rosidete . Fabiane | 09/03/89 | Secretária |
| Elma Possi Fantin | 16/04/91 | Vigia |
| Marcelo Afonso Mayer | 24/04/91 | Técnico Agrícola |
| Luiz Fernando P. Costa | 03/05/91 | Eng. Agrônomo |
| Rosaelmira R. Cordova | 06/05/91 | Serviços Gerais |
| Rozeli A. T. Fiuza | 06/05/91 | Serviços Gerais |
| Lucinda Neves | 24/06/91 | Secretária |
| Eva Pereira de Lima | 28/02/92 | Serviços Gerais |
| Olga Opszarski | 28/02/92 | Serviços Gerais |
| Elia Souza dos Santos | 28/02/92 | Serviços Gerais |
| Suzete T. Orzechowski | 17/02/92 | Orientad.Educac. |
| Sebastião Carlos Santos | 28/02/92 | Inspetor Alunos |
| Roseli A. Tussolini | 28/02/92 | Serviços Gerais |
| Antonio Lauri Leite | 28/02/92 | Aux. Administrat. |
| Jackson Pereira Lima | 28/02/92 | Aux. Administrat. |
| Serafim Nunes Oliveira | 26/02/92 | Serviços Gerais |
| Cleusa Pereira | 08/03/93 | Aux. Administrat. |
| Natália S. Oliveira | 09/03/93 | Aux. Administrat. |
| Cleudes Dalposso | 17/03/93 | Aux. Administrat. |
| Clenilce Ap. Costa | 10/03/93 | Serviços Gerais |
| Carmélia L. Mamedi | 10/03/93 | Serviços Gerais |
| Dari Moraes Lima | 02/04/93 | Serviços Gerais |
| Marli B. de Oliveira | 09/03/93 | Serviços Gerais |
| Maristela F. Bueno | 04/03/93 | Aux. Administrat. |
| Maria Lúcia T. Lima | 01/03/93 | Aux. Administrat. |
| Cleuzi Sebastiana Santos | 24/03/93 | Serviços Gerais |
| Sirlei Ap. Seleme | 28/02/93 | Serviços Gerais |
| Maria H. Woiciechavski | 09/03/93 | Serviços Gerais |
| Lurdes Rodrigues Souza | 01/03/93 | Serviços Gerais |
| Jorge Amaro | 24/03/93 | Aux. Administrat. |
| Antonio M. Peterlini | 01/07/93 | Técnico Agrícola |

(Continuação)

| | | |
|--------------------------|----------|--------------------|
| José Antonio Brandalise | 09/03/93 | Aux. Administrat. |
| Paulo Cesar Tussolini | 28/02/93 | Serviços Gerais |
| Mauro Sérgio Gonçalves | 02/03/93 | Serviços Gerais |
| Oberdan Beraldo Oliveira | 26/04/93 | Aux. Administrat. |
| João Luiz Costa | 23/03/93 | Serviços Gerais |
| João Maria F. Amaral | 01/03/93 | Serviços Gerais |
| Pedro Ferreira Lima | 16/03/93 | Serviços Gerais |
| Zenilda Alves S. Amaral | 09/03/93 | Serviços Gerais |
| Vanderlei F. Santos | 17/03/93 | Aux. Administrat. |
| Moacir Monteiro | 28/06/93 | Médico Veterinár. |
| Wilson Luiz Tussolini | 01/09/93 | Serviços Gerais |
| Acir Rafael dos Santos | 09/01/93 | Serviços Gerais |
| Erondi Custódio Oliveira | 09/01/93 | Não Consta |
| Daluz Aparecida Padilha | 01/07/74 | Servente |
| Maria Angela Barbosa | 16/07/64 | Servente |
| Amália N. Queiroz | 17/07/63 | Datilógrafo |
| Maria Jurahir do Amaral | 02/08/71 | Vestuário |
| Elias Dominico | 01/01/73 | Serviços Gerais |
| Cleia Rodrigues Moreira | 12/05/77 | Servente |
| Gertrudes dos Santos | 01/08/62 | Trab.Referência 19 |
| Zenir B. Custódio | 19/05/75 | Pessoal Suplem. 12 |
| Arminda Alves S.Oliveira | 16/08/75 | Pessoal Suplem. 2C |
| Helena Sékula Durnin | 03/06/75 | Téc.n.Econ.Domést. |
| José Carlos A. Amaral | 01/03/73 | Técnico Agrícola |
| Gildo W. Górski | 17/02/81 | Médico Veterinár. |
| Maria Belém R. Ortega | 01/08/79 | Faxineira |
| Francisco C. Alexandrino | 31/10/83 | Diretor |
| Joel Antunes Oliveira | 04/02/88 | Serviços Gerais |

Fonte: Secretaria da Escola

3.2.5. Corpo Docente da escola

Segundo a Lei Orgânica N° 9.613 de 20/08/1946, capítulo III, o corpo docente dos estabelecimentos de ensino agrícola deveriam ser compostos de professores e orientadores. No artigo 63 da referida lei encontramos os preceitos básicos para a constituição do corpo docente:

1°. "Deverão os professores das disciplinas de cultura geral e de cultura técnica e os das práticas educativas e bem assim os orientadores receber convenientemente formação em cursos apropriados."

2°. "O provimento em caráter efetivo dos orientadores e dos professores nos estabelecimentos se fará por prestação de concurso."

3°. "Dos candidatos ao exercício das funções de professor ou de orientador nos estabelecimentos de ensino agrícola reconhecidos exigir-se-á prévia inscrição no Ministério da Agricultura."

4°. "É de conveniência pedagógica que os professores das disciplinas de cultura técnica que exijam esforços continuados e os orientadores trabalhem em regime de tempo integral."

5°. "Será facultada a admissão de professores e técnicos mediante indenização por hora de aula."

Analisando então, a constituição do corpo docente do Colégio Agrícola, período 1957 a 1994, observamos

que sua composição acompanha a mudança institucional da própria escola, ou seja, escola primária, ginásial e colegial.

Percorrendo os livros de registros de professores, período 1957 a 1994, do Colégio Agrícola Estadual "Arlindo Ribeiro" de Guarapuava, encontramos 176 registros de professores, sendo que 58 são registros de professoras e 118 são registros de professores, isto devido à formação técnica exigida para a docência de disciplinas específicas.

A partir de 1987 constatamos a presença de professoras ministrando disciplinas técnicas. Tal fato é decorrente da procura por esta modalidade de ensino pelas meninas guarapuavanas. Atualmente essa participação feminina é maior conforme demonstra o quadro de professores referente ao ano de 1994.

Com o início do funcionamento da parte pedagógica em 1957 com o curso primário (1a. série, 2a. série, 3a. série e 4a. série), o corpo docente pioneiro foi assim constituído.

| PROFESSOR(A) | SÉRIE | CURSO | ANO |
|---------------------|-----------|----------|------|
| Edevirges Godofredo | 1a. Série | Primário | 1957 |
| Tolentina de Souza | 2a. Série | Primário | 1957 |
| Omir F. França | 3a. Série | Primário | 1957 |
| Zilá G. Martins | 4a. Série | Primário | 1957 |

Fonte: Secretaria da Escola

Considerando então os registros efetuados, obtivemos os seguintes períodos de docência:

- Profa. Edevirges Godofredo: 19 anos de docência (1957 a 1986); Profa. Tolentina O. de Souza: 8 anos de docência (1957 a 1965); Profa. Zilá G. Martins: 4 anos de docência (1957 a 1961) e finalmente Prof. Omir F. França com apenas 1 (um) ano de docência (1957).

Pelo decreto No. 31.657 que transformou a então Escola de Trabalhadores Rurais de Guarapuava em Escola Agrícola de Ensino de Grau Médio, o corpo docente teve que ser ampliado de quatro para oito professores, atendendo com isso a nova estrutura curricular, ou seja, de quatro séries ministradas antes da transformação, passou-se a ofertar onze disciplinas, conforme quadro seguir.

| PROFESSORES | ANO | DISCIPLINAS | PORTARIAS |
|-----------------------|------|----------------|------------|
| Edevirges Godofredo | 1962 | Desenho/Ciênc. | 752/62-S.A |
| Tolentina de Souza | 1962 | Orient.Educac. | 752/62-S.A |
| Danuta Dunim | 1962 | História/Ingl. | 752/62-S.A |
| Jorge Jean Bruel | 1962 | Francês | 752/62-S.A |
| Elizabeth G. Moro | 1962 | Canto | 752/62-S.A |
| Ary Loures Pacheco | 1962 | Matemática | 752/62-S.A |
| Wellington B. Moreira | 1962 | Educ. Física | 752/62-S.A |
| Zulméia Ribas Müller | 1962 | Port./Geograf. | 752/62-S.A |

Fonte: Secretaria da Escola

Complementando o quadro curricular, tínhamos as seguintes disciplinas formativas: Agricultura e Criação de Animais Domésticos, Prática de Agricultura, de Zootecnia, de Oficinas, Higiene Rural e Socorros de Urgência.

Comparando esta nova estrutura curricular, com o currículo oferecido pela rede de ensino no município em 1962, observamos que a escola agrícola começa a adquirir características diferenciadas das demais escolas, ou seja, oferecer, além das disciplinas do núcleo comum, disciplinas essencialmente formativas e de caráter prático. Este currículo vigorou até 1966.

Atendendo às novas disposições do Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, implantou-se em 1967 um novo currículo para o Ginásio Agrícola, ficando seu Corpo Docente assim constituído:

| NOMES | DISCIPLINAS | ANO |
|------------------------|---|------|
| Judith O. Gavanski | Português | 1967 |
| José Kluthchowski | Matemática | 1967 |
| Danuta Dunim | História/Higiene Rural e Socorros de Urgência | 1967 |
| Lia Maura Martins | Geografia | 1967 |
| Edevirges Godofredo | Ciências | 1967 |
| Polam Dunim | Educação Artística, Desenho/Des.Técnico | 1967 |
| Jair Antonio Calassa | Educação Física | 1967 |
| Murilo Walter Teixeira | Orient. Educacional | 1967 |
| Kleber Alves Chagas | Inic. a Agricultura Criação Anim. Domés. | 1967 |

(Continuação)

| | | |
|------------------------|--|------|
| Inocente Furlam | Inic. a Agricultura | 1967 |
| Dival S. Prá | Inic. a Agricultura Criação Anim. Domés. | 1967 |
| Adair Valença Soares | Oficina/Téc.Manual | 1967 |
| Manoel Joaquim Madruga | Criação de Animais e Defesa Sanitária Vegetal | 1967 |
| Raul H. Munhoz Mauro | Educação Moral e Cívica e Inglês | 1967 |

Fonte: Secretaria da Escola

Como vimos, a partir de 1969 começou a extinção gradativa do curso ginásial e conseqüente início das atividades do segundo ciclo ou do colegial com três séries havendo com isso nova alteração curricular e conseqüente ampliação na composição do corpo docente.

| NOMES | DISCIPLINAS | ANO |
|-----------------------|--|------|
| Judith O. Gavanski | Português | 1969 |
| Acir Rickli | Inglês/Educação Moral e Cívica | 1969 |
| Edevirges Godofredo | Ciências | 1969 |
| João Jorge dos Santos | Matemática/Física | 1969 |
| Francisco da S. Lima | Biologia/Química | 1969 |
| Lia Maura Martins | Geografia/Artes Apl. | 1969 |
| Marilda L. Penteado | Orient. Educacional | 1969 |
| Danuta Dunim | Educação Moral e Cívica e Noções de Higiene e Socorros de Urgência | 1969 |
| Liane Marta da Costa | Orient. Pedagógica | 1969 |
| Adair Valença Soares | Técnica Manual Oficina/Des.Técnico | 1969 |

(Continuação)

| | | |
|------------------------|---|------|
| Eurides L. Mendes | Técnicas Agrícolas | 1969 |
| Inocente João Furlam | Técnicas Agrícolas | 1969 |
| Kleber Alves Chagas | Criação de Animais e Defesa Sanitária Vegetal | 1969 |
| Manoel Joaquim Madruga | Veterinária | 1969 |
| Jair Antonio Calassa | Educação Física | 1969 |

Fonte: Secretaria da Escola

Sendo então esta a última alteração jurídica do Colégio, situação que permanece até hoje, o corpo docente vem sofrendo alterações em função apenas das mudanças ocorridas na grade curricular ou seja, a necessidade de ampliação ou redução do corpo docente se faz basicamente pela adoção de novas disciplinas, introdução da 4a. série, presença do Ensino Religioso, E.M.C., etc.

Atualmente, o corpo docente é constituído por 24 (vinte e quatro) professores que atendem às disciplinas do núcleo comum e da parte diversificada, conforme quadro abaixo.

QUADRO DE PROFESSORES - 1994

| NOME DO PROFESSOR | DISCIPLINAS | NºAULAS |
|---------------------------------|--|----------------|
| André Luiz Costa | Agricultura Orgânica Mecanização Agrícola | 14 15 |
| Ariodari Fco. Santos | Agricultura Geral | 06 |
| Alacir Valença Santos | Matemática | 06 |
| Eduardo P. Traversi | Agricultura Geral Olericultura | 09 27 |
| Fábio Roberto Vicentin | Desenho e Topografia | 15 |
| Francisco Carvalho | Irrigação e Drenagem | 04 |
| Gildo Gorski | Zootecnia/Criação III | 24 |
| José Silval Soares Gonçalves | Desenho e Topografia Mecanização Agrícola Matemática | 10 10 13 |
| Jaqueline Achterberg | Culturas I Indústrias Rurais Química, Bio.Apl.Agr. | 20 10 04 |
| Lais Riccanello | Construç. Instal.Rur. Agricultura/Culturas | 06 24 |
| Luciana Monteiro | Criaç.Anim.Peq.Porte Zootecnia Geral | 20 09 |
| Luiz Gilberto Bertotti | Desenho e Topografia | 08 |
| Marina T. Chagas | Matemática | 25 |
| Ocimar Dalla Rosa | Téc. e Prát.Veterin. | 12 |
| Olinda Tokarski | Bio-Agro-Ecologia | 24 |
| Rosidete T. Fabiane | Língua Portuguesa | 21 |
| Nilton José Cararo | Inglês | 04 |
| Rosana F. M. Stroski | Adm. Econ. Rural Geografia | 12 06 |
| Simone Santi | Química | 10 |
| Vitor Hugo Ossoski | Educação Física | 10 |
| Vanderlei dos Santos | Criaç.Anim.Peq.Porte | 30 |
| Soely Ap. Annes | História/Sociologia Projeto | 18 02 |
| Suzete T. Orzechowski | Orientação Educacion. | 20 |
| Sergio Fdo. Polzcoski | Criaç.Anim.Peq.Porte | 30 |

FONTE: LIVRO DE PROFESSORES

Relacionamos a seguir o nome de todos os professores e o período de docência no Colégio Agrícola de Guapuva.

QUADRO DE PROFESSORES - 1957 - 1994

| NOME | PERÍODO DE DOCÊNCIA | | |
|---------------------------|---------------------|---|------|
| Edevirges Godofredo | 1957 | a | 1986 |
| Omir F. França | 1957 | a | 1957 |
| Tolentina O. de Souza | 1957 | a | 1965 |
| Zilá G. Martins | 1957 | a | 1961 |
| Erony R. Oliveira | 1958 | a | 1961 |
| Dalila Serpa Santiti | 1959 | a | 1959 |
| Zulméia R. Müller | 1959 | a | 1962 |
| Danuta Dunim | 1960 | a | 1972 |
| Cleozina O. Slivak | 1962 | a | 1962 |
| Jorge Jean Bruel | 1962 | a | 1962 |
| Elizabeth G. Moro | 1962 | a | 1963 |
| Acyr Loures Pacheco | 1962 | a | 1963 |
| Wellington B. Moreira | 1962 | a | 1964 |
| Syrton Loures Martins | 1963 | a | 1966 |
| Judith O. Gavanski | 1964 | a | 1966 |
| Sylvamira A. S. Lins | 1964 | a | 1965 |
| Polan Dunim | 1964 | a | 1965 |
| Enedino Brm | 1964 | a | 1965 |
| Geraldo Magella | 1964 | a | 1964 |
| Luciana A. Magella | 1965 | a | 1966 |
| Lia Moura S. Martins | 1965 | a | 1971 |
| Benedito Vitor dos Santos | 1965 | a | 1965 |
| Miratã Alves Fagundes | 1965 | a | 1965 |
| Lídia B. Becharra | 1966 | a | 1966 |
| Augustinho Ormenesse | 1966 | a | 1966 |
| Murilo Walter Teixeira | 1966 | a | 1967 |
| Haroldo O. Santos | 1966 | a | 1966 |
| Pe. Theodoro Bruini | 1966 | a | 1966 |
| Kleber Alves Chagas | 1966 | a | 1971 |
| Inocente João Furlan | 1966 | a | 1974 |
| Adair Valença Soares | 1966 | a | 1973 |
| José Klutchowski | 1966 | a | 1968 |
| Marcial A. Portilho | 1966 | a | 1966 |
| Pedro Gorte | 1966 | a | 1966 |
| Jair Antonio Calassa | 1967 | a | 1973 |
| Dival S. Prá | 1967 | a | 1967 |
| Manoel J. Madruga | 1967 | a | 1970 |
| Raul Munhoz Moura | 1967 | a | 1967 |
| Ismael Veloso | 1968 | a | 1968 |
| Marilda L. Penteado | 1968 | a | 1970 |
| Edésio S. Coutrín | 1968 | a | 1968 |

(CONTINUAÇÃO)

| | | | |
|--------------------------|------|---|------|
| Judih Gavanski | 1968 | a | 1970 |
| Acyr Rickli | 1969 | a | 1971 |
| João Jorge dos Santos | 1969 | a | 1970 |
| Francisco S. Lima | 1969 | a | 1970 |
| José Antonio Carollo | 1970 | a | 1970 |
| João Jorge dos Santos | 1969 | a | 1970 |
| Aurélia M. Barck | 1970 | a | 1970 |
| Jandira Gallera | 1970 | a | 1970 |
| Roberto A. Croda | 1970 | a | 1971 |
| Adelino Bridi | 1970 | a | 1976 |
| Jacy L. Barbosa | 1970 | a | 1970 |
| Alcides A. de Matos | 1971 | a | 1973 |
| João Firak | 1971 | a | 1972 |
| Tânia Maria Garcia | 1971 | a | 1971 |
| Eliza A. Mosse | 1971 | a | 1971 |
| Geraldo Nei T. Camargo | 1971 | a | 1973 |
| Hercílio Melbratz | 1971 | a | 1972 |
| Afonso L. Lacerda | 1971 | a | 1971 |
| Dilceléia M. B. Schaffel | 1971 | a | 1971 |
| Gerusa B. Lacerda | 1971 | a | 1971 |
| Gilson R. Aggotoni | 1971 | a | 1971 |
| Henrique P. Filho | 1971 | a | 1972 |
| José Joel da Silva | 1971 | a | 1971 |
| João Moliani | 1972 | a | 1972 |
| João Maria Alves | 1972 | a | 1971 |
| Lení A. L. Cúnico | 1972 | a | 1972 |
| Romeu R. de Bruns | 1972 | a | 1972 |
| Moacir Müller | 1972 | a | 1972 |
| Francisco da Silva | 1972 | a | 1972 |
| José Hoepers | 1972 | a | 1972 |
| Rafael Huminiski | 1972 | a | 1972 |
| Ary Mauro Juchem | 1972 | a | 1972 |
| Luiz Mourão | 1972 | a | 1973 |
| Cristiano Buck Filho | 1973 | a | 1974 |
| Ignácio Xavier | 1973 | a | 1973 |
| Sebastião G. Machado | 1973 | a | 1975 |
| Noé Wrobel | 1974 | a | 1974 |
| Marlene Luiz Kaiser | 1974 | a | 1974 |
| Raimundo M. Dias | 1974 | a | 1975 |
| Maria da Luz Silveira | 1974 | a | 1974 |
| Celso Luiz Fracaro | 1975 | a | 1975 |
| Alencar Leite Agner | 1975 | a | 1975 |
| Diogo P. dos Santos | 1975 | a | 1975 |
| Arnaldo Turk | 1975 | a | 1975 |
| Thaisson M. Silva | 1975 | a | 1975 |
| Olga Sindelar | 1976 | a | 1976 |
| Vera Meli Domingues | 1976 | a | 1981 |
| Hélio Liber Lopes | 1976 | a | 1976 |
| Walter Domini | 1976 | a | 1976 |
| Zeno A. Albert | 1976 | a | 1976 |

(CONTINUAÇÃO)

| | | | |
|--------------------------------|------|---|------|
| Liane E. Machado | 1976 | a | 1978 |
| Luiz F. de Paulo | 1976 | a | 1976 |
| Aluizio Pacheco | 1976 | a | 1976 |
| Hewton B. Ferreira | 1976 | a | 1976 |
| Vera Lúcia Bischof | 1977 | a | 1977 |
| Liane E. Colodel | 1977 | a | 1978 |
| Alacir V. Soares | 1977 | a | 1994 |
| Ademir Fabiane | 1977 | a | 1978 |
| Clara Geni Colodel | 1977 | a | 1978 |
| José Augusto Albas | 1977 | a | 1980 |
| Roni A. Garcia | 1977 | a | 1977 |
| Odilon da S. Machado | 1977 | a | 1978 |
| João Henrique Domingues | 1977 | a | 1977 |
| Maria Cleci Campanini | 1978 | a | 1978 |
| José Nilton Cabeço | 1979 | a | 1979 |
| Paulo Jorge Riehs | 1979 | a | 1981 |
| Milton José Carraro | 1979 | a | 1979 |
| Jianete Roszkovski | 1979 | a | 1981 |
| João Soares Rosas | 1980 | a | 1980 |
| Ariodari F. dos Santos | 1980 | a | 1994 |
| Rejane Mari Santi | 1980 | a | 1980 |
| Rení Borazzo | 1981 | a | 1982 |
| Gildo W. Górski | 1981 | a | 1994 |
| Maria Albany Jowkowski | 1982 | a | 1982 |
| Olinda Tokovski | 1982 | a | 1994 |
| Carlos Eduardo Schipanski | 1982 | a | 1987 |
| Afonso R. da Silva | 1983 | a | 1984 |
| Manoel S. Varella | 1983 | a | 1984 |
| Luiz F. de Paula | 1984 | a | 1994 |
| José Carlos Amaral | 1984 | a | 1994 |
| Maria Aparecida Maciel | 1985 | a | 1986 |
| Paulo Jorge Riehs | 1985 | a | 1985 |
| Vitor Hugo Ossoski | 1985 | a | 1994 |
| Francisco Gelinski Neto | 1985 | a | 1987 |
| Denise P. Fráguas | 1987 | a | 1990 |
| Rosangela R. Barcellar | 1987 | a | 1987 |
| Rosana de F. Müller | 1987 | a | 1994 |
| Rosana Viomar de Lima | 1987 | a | 1988 |
| Ana Maria K. Voncik | 1988 | a | 1989 |
| Darly T. Pawlina Fonseca | 1988 | a | 1993 |
| Marcio Aurélio Caldas | 1988 | a | 1990 |
| Osório Pawlina Fonseca | 1988 | a | 1993 |
| Luiz Fernando Pacheco | 1988 | a | 1990 |
| Cláudio João Silvestri | 1988 | a | 1989 |
| Ariomar R. dos Santos | 1988 | a | 1988 |
| Luiz Gilberto Bertotti | 1988 | a | 1994 |
| Francisco Carvalho Alexandrino | 1988 | a | 1994 |
| Nilton José Carraro | 1988 | a | 1994 |
| José Valdir Kukelcik | 1989 | a | 1990 |
| Versione de Souza | 1989 | a | 1992 |
| Carmem Lúcia Carraro | 1989 | a | 1990 |

(Continuação)

| | | | |
|---------------------------|------|---|------|
| Gilberto Franco de Souza | 1989 | a | 1989 |
| João Geraldo de Gões | 1989 | a | 1989 |
| Antonio Carlos R. Burko | 1990 | a | 1990 |
| Hélio Pereira de Lima | 1990 | a | 1990 |
| Ivonilda Terezinha Correa | 1990 | a | 1990 |
| Luciana R. R. Monteiro | 1990 | a | 1994 |
| Nivaldo de S. Barreto | 1990 | a | 1990 |
| Christine Vargas Lima | 1990 | a | 1990 |
| Cirlene Moliani | 1991 | a | 1991 |
| José Sinval S. Gonçalves | 1991 | a | 1994 |
| Mariana Chagas | 1991 | a | 1994 |
| Juliano Cordeiro | 1992 | a | 1992 |
| Lais Recanello | 1992 | a | 1994 |
| Lucinda Neves | 1992 | a | 1992 |
| Rosidete T. Fabiane | 1992 | a | 1994 |
| Jaqueline John | 1992 | a | 1993 |
| Soely Aparecida Annes | 1992 | a | 1994 |
| Eglecy Lipeman | 1992 | a | 1993 |
| Valério de Souza Pinto | 1992 | a | 1992 |
| Suzete T. Orzechowski | 1992 | a | 1994 |
| Abelardo Mazutti | 1993 | a | 1993 |
| Carlos Roberto Vargas | 1993 | a | 1993 |
| Luis Cesar Nadal | 1993 | a | 1993 |
| Jeferson Ferst Vieira | 1993 | a | 1993 |
| Simone Santi | 1993 | a | 1994 |
| Tháisa Nadal | 1993 | a | 1993 |
| Maristela Hillsheim | 1993 | a | 1993 |
| Fábio Roberto Vicentini | 1993 | a | 1994 |
| Ocimar Dala Rosa | 1993 | a | 1994 |
| Eduardo Portella | 1993 | a | 1994 |
| Luis Teixeira Bulcovski | 1993 | a | 1993 |
| André Luiz Costa | 1994 | a | 1994 |
| Eduardo P. Traversi | 1994 | a | 1994 |
| Vanderlei F. dos Santos | 1994 | a | 1994 |
| Sérgio Fernando Polzkoski | 1994 | a | 1994 |
| André Luiz Costa | 1994 | a | 1994 |

Fonte: Secretaria da Escola

3.2.6. Corpo Discente

Tendo em vista que este trabalho é uma retrospectiva, faz-se necessário também, neste momento, recuperar alguns aspectos históricos do corpo discente.

Em 1957 teve início a admissão dos alunos ao curso primário e parte elementar de noções rurais, nos termos do Decreto N° 778/38.

Segundo o previsto no capítulo VI da Lei 9613 - Lei Orgânica do Ensino - Seção I, artigo 25, o candidato à matrícula inicial em qualquer dos cursos de formação deveria apresentar prova de não ser portador de doença contagiosa e de estar vacinado. Isto ficou comprovado, através da constatação da existência da carteira de saúde como documento constante na pasta individual dos alunos.

Além das condições acima referidas, deveria o candidato satisfazer os seguintes requisitos:

- ter doze anos completos;
- ter recebido educação primária conveniente. Neste caso para matrícula apenas no curso de iniciação agrícola;

- possuir capacidade física e aptidão mental para os trabalhos escolares que devam ser realizados;

- ser aprovado em exame vestibular. Tal exame seletivo era realizado sempre na primeira quinzena de janeiro e versava sobre as disciplinas de português e matemática. Uma vez aprovado no exame, o candidato estava apto a realizar matrícula na série correspondente. O tempo próprio para a matrícula eram os trinta dias anteriores ao início do período letivo. Para admissão no

curso de mestria agrícola, precisava ter o aluno concluído o curso de iniciação agrícola, possuir capacidade física para os trabalhos escolares e ser aprovado em exames vestibulares.

Para os cursos agrícolas, precisava ter o aluno concluído o curso de mestria agrícola, possuir capacidade física para os trabalhos escolares e ser aprovado em exames vestibulares.

O primeiro registro de matrícula efetuado na escola foi do aluno Edmir Duarte Gonçalves, nascido em 15 de agosto de 1946, na cidade de Foz do Iguaçu e residente na época em Laranjeiras do Sul. O requerimento de matrícula foi preenchido no dia 20 de março de 1957 e a responsável foi sua mãe, a senhora Zeli Duarte Gonçalves.

Segundo levantamento realizado no livro de matrícula referente ao ano de 1957, constatamos o registro de 29 matrículas na primeira série do curso primário. Dos 29 alunos matriculados, 15 eram provenientes do município de Guarapuava, 12 eram de outros municípios do Estado do Paraná, 01 do Estado de Santa Catarina e 01 do Estado do Rio Grande do Sul (Quadro N° 3).

A faixa etária dos 29 alunos matriculados na 1a. série ficou assim constituída: 08 alunos com 10 anos de idade, 04 alunos com 11 anos de idade, 08 alunos com 12 anos de idade, 06 alunos com 13 anos de idade. Na ficha

de matrícula não foi possível determinar a idade de 03 alunos, devido a ausência do registro da data de nascimento.

É interessante observar em relação a faixa etária que 12 alunos matriculados na 1ª. série estavam abaixo do mínimo exigido por lei - Art. 26, item I, letra a) TER DOZE ANOS COMPLETOS -.

Durante o funcionamento do curso primário e parte elementar de noções rurais foram matriculados 141 alunos na primeira série, sendo que destes 114 alunos eram procedentes de Guarapuava (Quadro N° 5). Foram aprovados 106 alunos de Guarapuava, 31 alunos de outros municípios do Paraná e 4 de outros Estados (Quadro N° 6).

A partir de 1963 começou a extinção das séries iniciais do curso primário (1ª e 2ª) ficando apenas as séries finais 3ª e 4ª, e teve início a implantação do curso Ginásial com a 1ª série. Em 1964 consolidou-se a extinção do curso primário.

Durante o funcionamento do curso ginásial implantado a partir de 1963, constatamos o registro de 152 matrículas na 1ª série (Quadro N° 3), sendo que, destes, 100 alunos eram provenientes do município de Guarapuava e 52 eram de outras regiões do Estado (Quadro N° 5).

Ao longo do curso foram aprovados 79 alunos de Guarapuava, 33 alunos de outros municípios do Estado do

Paraná e 14 alunos de outros Estados do Brasil (SC, RS, SP) (Quadro N° 6).

A faixa etária dos alunos matriculados na 1ª série do curso ginásial estava entre 11 e 21 anos, sendo que o maior número de alunos possuía 15 anos (Quadro N° 2).

Com a implantação das atividades de 2º grau, a 1ª série do Colegial de Técnico em Agropecuária em 1969 contou com o registro de 18 matrículas (Quadro N° 3), sendo que desses apenas 05 eram procedentes do município de Guarapuava. A faixa etária dos alunos do curso colegial estava entre 13 e 21 anos, sendo que o maior índice concentrou-se em 09 alunos com 19 anos de idade (Quadro N° 2).

A primeira turma do curso técnico em Agropecuária concluiu o curso em 1971 com um total de 07 alunos, sendo 02 provenientes do município de Guarapuava. A seguir, apresentaremos a relação nominal dos formandos de 1971.

1ª TURMA DE TÉCNICOS EM AGROPECUÁRIA

- ADALBERTO NADAL COSTA;
- AQUILES SCHEMBERGER;
- EDUARDO PERCEL POTULSKI;
- ELOY KOEHLER;
- GAMALIEL B. G. FILHO;
- JOSÉ RAIMUNDO CASTANHEL;
- LUIZ ALBERTO N. BATISTA;
- MÁRIO JUVELINO CASTANEL.

De 1969 até 1974 constatamos apenas a existência de uma turma de alunos matriculados. Em 1975, com o aumento significativo de inscrições ao curso colegial, estabeleceu-se a divisão em duas séries iniciais, ou seja 1ª série A e 1ª série B.

Essa situação permaneceu então até 1993 quando tivemos a realização de 81 matrículas na 1ª série, havendo então a necessidade de se criar a 1ª série C. Em 1994 o número de alunos matriculados na 1ª série foi de 108 para as 120 vagas ofertadas.

Segundo levantamento realizado no Núcleo Regional de Ensino - setor de estatística, o Colégio Agrícola Estadual "Arlindo Ribeiro" ofertou no ano de 1994, as seguintes turmas:

| 1a. série | 2a. série | 3a. série | TOTAL |
|-----------|-----------|-----------|---------|
| 3 (120) | 2 (72) | 2 (50) | 7 (242) |

De 1969 até 1994 foram matriculados 1.512 alunos na 1a. série do Curso Técnico em Agropecuária, desses, 388 alunos eram provenientes de Guarapuava, e dos 388 alunos matriculados, apenas 98 eram filhos de agricultores (Quadro N° 4). Percebe-se aqui que, apesar de constar em lei e também constituir-se como objetivo principal, ATENDER FILHOS DE PEQUENOS PRODUTORES, o Co-

légio não vem desenvolvendo ações para estimular a matrícula deste segmento.

É conveniente, portanto, a implementação de um programa de divulgação do curso técnico no município e região, objetivando com isso aumentar a procura pelo ensino por aqueles que realmente precisam e valorizam a atividade rural.

Durante esse mesmo período citado anteriormente, foram aprovados 166 alunos de Guarapuava, 430 alunos de outros municípios do Estado do Paraná, 35 alunos provenientes do Estado de Santa Catarina, 25 alunos do Estado do Rio Grande do Sul e 06 alunos de outros estados do Brasil (MG e SP).

3.2.6.1. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio supervisionado, como parte integrante do currículo da habilitação de Técnico em Agropecuária, tem por finalidade proporcionar melhor adaptação do futuro profissional ao mercado de trabalho, através da vivência de situações reais em que o mesmo exercitará seu conhecimento, habilidade, destreza e terá oportunidade de se relacionar com diferentes grupos sociais.

Para a escola, o estágio representa a oportunidade de avaliação do seu processo produtivo, cabendo-lhe, com base em informações coletadas, avaliar as suas ati-

vidades internas a fim de adequá-las às inovações tecnológicas e às mudanças ambientais.

O estágio foi disciplinado pela lei nº 6494, de 07/12/77 e regulamentado por normas legais posteriores, que fixaram o número de horas, a duração e a jornada de atividades a serem cumpridas durante o período em que o aluno estiver matriculado no colégio.

Para fins de operacionalização das atividades curriculares de estágio fica estabelecido, segundo a normatização, que a carga horária a ser desenvolvida pelos estagiários deverá abranger no mínimo de 360 horas.

Esta jornada de atividades poderá ser realizada da seguinte forma:

- integralmente, em empresas agropecuárias e/ou propriedades rurais;
- parcialmente em empresas rurais e/ou propriedades rurais.
- completando o restante do período com as horas de monitoria interna cumpridas durante o curso regular.

Nos colégios agrícolas, os projetos agropecuários possuem especificidades que exigem a presença constante dos alunos, professores e funcionários da escola, o que torna necessária a existência de uma escala de trabalho, aliada a um esquema de plantões nos recessos e férias escolares.

3.2.7. ÓRGÃOS INTERNOS

a. COOPERATIVA-ESCOLA

A Cooperativa-Escola dos alunos do Colégio Agrícola Estadual Arlindo Ribeiro Ltda, que foi fundada em março de 1974, funciona nos moldes de uma empresa, diferindo apenas no aspecto econômico e em sua área de abrangência que fica limitada as dependências do Colégio.

Constituída por todos os alunos maiores de 12 anos e regularmente matriculados no Colégio, a cooperativa-escola é responsável pela viabilização e desenvolvimento de projetos nas áreas de agropecuária e florestal, proporcionando nas Unidades Didático Produtivas, aulas práticas mais dinâmicas e de melhor rendimento, contribuindo assim, para a melhoria da alimentação dos alunos internos e semi-internos e despertando o espírito associativista nos alunos.

O trabalho dos alunos é organizado em função do número de turmas existentes em cada ano letivo e obedece ao esquema de rodízio semanal, ou seja, enquanto uma turma está em sala de aula, uma outra está desenvolvendo atividades práticas nas unidades.

A admissão dos alunos na cooperativa se dá através do preenchimento do requerimento de matrícula no Colégio e o pagamento de duas quotas-partes, valor de

R\$ 20,00 (Vinte reais), a título de capital social. O número de associados segundo o Estatuto é ilimitado quanto ao máximo, não podendo ser inferior a 20 pessoas físicas.

Por ser uma instituição inserida e criada em um espaço educacional. Seus objetivos principais são:

- Educar os alunos dentro dos princípios do cooperativismo e servir de instrumento operacional dos processos de aprendizagem, como componente curricular da metodologia do sistema Escola-Fazenda.

- Apoiar o Colégio em sua ação educativa, integrando suas atividades ao currículo, fornecendo a prática e a fixação dos conhecimentos necessários à formação do técnico.

- Promover a defesa econômica dos interesses comuns, objetivando a aquisição de material didático e insumos em geral necessários ao exercício da vida escolar e dos projetos.

Para alcançar esses objetivos, a cooperativa-escola se estrutura internamente nas seguintes seções:

- de Divulgação e Cultura - responsável pelas atividades artísticas e culturais desenvolvidas no Colégio, tais como: coral, teatro, grupo folclórico, jornadas educativas e culturais.

- de Ecologia e Educação Sanitária - promove campanhas de educação ambiental e sanitárias junto à comu-

nidade urbana e/ou rural visando ampliar o raio de ação do Colégio.

- de Produção - elabora em conjunto com o Setor Técnico do Colégio, os programas agropecuários e florestais, de finalidades didáticos e de manutenção do internato.

- de Trabalho - realiza e fiscaliza as atividades pertinentes aos projetos agropecuários e florestais e auxilia na aquisição e distribuição de insumos em geral e no controle da produção destinada ao internato.

- de Consumo - prover todos os associados de bens de consumo, a preços acessíveis, tais como: material escolar e didático, artigos de uso pessoal, assegurando-lhes boas condições de qualidade.

Visando garantir o funcionamento das seções internas, a cooperativa-escola é administrada e fiscalizada pelos próprios alunos nos seguintes órgãos:

- Assembléia Geral - órgão supremo da cooperativa e dentro dos limites legais do Estatuto, cabendo-lhe a tomada de todas as decisões de interesse da sociedade.

- Diretoria - composta por seis membros escolhidos e/ou eleitos pela Assembléia Geral dentre os alunos associados. O mandato da Diretoria é de 1 ano, podendo haver a recondução por mais 1. A composição é de Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros. Há também um professor ou técnico escolhi-

do pela Direção do Colégio para supervisionar os trabalhos da Diretoria.

- Conselho Fiscal - formado por três alunos e seus respectivos suplentes, eleitos dentre os associados para realizarem serviços de fiscalização contábil e financeira da Diretoria. É ele quem aprova o balanço fiscal ao final de cada ano civil.

- Conselho de Representantes - constituído por dois alunos associados de cada série, os quais tem a função de assessorar a Diretoria na implementação das atividades educativas, culturais, administrativas e sociais da cooperativa.

Ao longo de sua existência, a cooperativa-escola tem se mostrada como a única alternativa para viabilizar o desenvolvimento dos projetos agropecuários, proporcionando desta maneira aulas-práticas com maior rendimento, vinculando assim cada vez mais a teoria com a prática e despertando o espírito associativista entre os alunos.

b. GRÊMIO ESTUDANTIL

Os alunos se congregavam através do Grêmio Estudantil com a finalidade de apoiar e promover todos os eventos de ordem esportiva, cultural e cívica, respeitando as determinações estatutárias. Com a criação do

setor de divulgação e cultura da Cooperativa-Escola, o Grêmio Estudantil está momentaneamente desativado.

c. INTERNATO

O Colégio Agrícola desde a sua criação, e atendendo o disposto no artigo 61, item 2 da Lei nº 9.613, sempre funcionou em regime de internato e para os alunos residentes nas proximidades com o regime de semi-internato e de externato. Tendo em vista então, que a maioria dos alunos se enquadram no regime de internato, é sobre ele que passaremos a descrever.

Segundo o Regimento Interno, o internato é o órgão responsável pelo alojamento dos alunos provenientes de outras regiões, bem como para aqueles que mesmo residentes na cidade de Guarapuava, optarem por este regime.

Assim, o internato tem as seguintes finalidades:

- promover a igualdade social entre os alunos, através do fornecimento das mesmas condições de alojamentos;

- dar acesso aos alunos com carência econômica comprovada através da declaração de renda do pai ou responsável;

- desenvolver através do convívio, a amizade e companheirismo favorecendo o ensino-aprendizagem. Este fator se dá através de um sistema de "reforço" criado pelos alunos internos, os quais durante o período no-

turno recebem orientações dos alunos nos conteúdos com dúvidas;

- tornar o aluno co-responsável pelo funcionamento do internato, ou seja, faz com que o interno desenvolva atividades que são próprias do funcionamento e que ao mesmo tempo são estendidas a todos, por exemplo: servir refeições, organizar cardápios, efetuar limpezas diversas, etc.

Para o cumprimento dessas finalidades, o Colégio deverá procurar meios para a manutenção de alojamentos adequados, com leitos, banheiros, armários, mesas, cadeiras, cortinas e salas especiais para estudos, jogos e demais atividades decorrentes do processo ensino aprendizagem. Além desses meios, o internato deve ofertar alimentação, sendo três refeições diariamente, serviços de rouparia e lavanderia, atividades artísticas, culturais e esportivas para todos os alunos que pernoitam no Colégio. Quanto a questão de atendimento médico-hospitalar, existe um sistema de transporte interno a postos de emergência, bem como a manutenção da chamada caixa de primeiros socorros, no apartamento do Inspetor de alunos.

A administração do internato é realizada por uma equipe composta pela Direção, pelo(a) orientador(a) educacional, pelo administrador do internato, pelo inspetor de alunos e por um representante interno de cada

série. É da competência da administração do internato, organizar programas recreativos, esportivos e culturais, supervisionar a qualidade dos serviços prestados, fiscalizar a limpeza e organização dos alojamentos, orientar a conduta através de normas internas, aplicar as medidas disciplinares previstas em regulamento interno.

No plano prático e de funcionamento dos alojamentos, o Colégio ofereceu, desde o início de suas atividades pedagógicas de 1957 até 1980, dois alojamentos coletivos com capacidade para 35 camas de solteiro e 35 armários. A partir da evolução do curso primário para o ginásio agrícola e o conseqüente aumento na clientela, houve a necessidade de substituir as camas por beliches e determinar que cada armário fosse utilizado por dois alunos, aumentando assim a capacidade de alojamento. Em 1980 foi construído um novo pavilhão, dividido em apartamentos com capacidade para 10 beliches e 10 armários.

Dentro dessa nova organização, cada apartamento tem um representante escolhido pelos demais alunos, que tem a função de ligar o internato com a administração geral. Cada aluno, após ser aprovado em teste seletivo e oficializada sua matrícula, recebe 01 armário e 01 beliche devidamente numerados, responsabilizando-se pelo bom uso e ressarcimento por possíveis danos. Fica restrito a cada apartamento a elaboração de uma escala

diária de limpeza e o compromisso de respeitar o horário de silêncio e repouso, ou seja, das 22h30min as 06h30min.

Para o controle da disciplina nos alojamentos, existe um Conselho específico, citado anteriormente, que aplica as medidas que se fizerem necessárias para garantir o bom funcionamento do internato. Segundo regulamento, é vedado ao aluno interno o uso de drogas, armas, fogareiros e bebidas alcoólicas nos apartamentos, bem como a permanência de pessoas estranhas ao Colégio.

Uma vez constatada qualquer irregularidade na vida cotidiana do internato, quer por denúncia de alunos, quer por relatório do Inspetor de Alunos, o Conselho de Disciplina em reunião própria julga as ocorrências e aplica as seguintes punições: advertência ao aluno infrator, advertência aos alunos do apartamento, exclusão de atividades em benefício dos internos, suspensão do internato, exclusão do internato e transferência compulsória.

Todos os alunos maiores de idade, ao optarem pelo regime de internato, assinam um termo de responsabilidade, bem como recebem uma cópia do regulamento interno e de funcionamento do internato. Quanto aos alunos menores de idade, tal procedimento é realizado pelo pai ou responsável no ato da matrícula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente retrospectiva histórica não é, como já dissemos, um trabalho acabado. Ao longo do seu desenvolvimento, percebemos que nem todos os assuntos foram completamente analisados, isto porque, durante a fase de coleta de dados, constatamos que muitas fontes não possuíam registros confiáveis ou estavam incompletas. Também contribuiu para isso a inexistência de um arquivo geral onde os documentos estivessem guardados e em bom estado de conservação.

Até o presente momento foram levantados todos os possíveis dados históricos da escola, através de visitas na Biblioteca da Secretaria de Estado da Educação - Setor de Ensino Agrícola. Também foram realizados levantamentos em diversos livros de registros da escola, tais como, Registro de Professores, Livro Ata, Livro de Termo de Posse, Livro Ponto de Funcionários e Professores, todos referentes ao período de 1954 a 1994, além de depoimentos orais.

Percebeu-se ao longo do desenvolvimento do trabalho, que a fundação e o ensino ministrado no Colégio Agrícola de Guarapuava, teve e tem como finalidade pro-

porcionar aos educandos a formação técnica necessária para que possam atuar como agentes de mudanças do meio rural. Utilizando então da metodologia do sistema escola-fazenda, sintetizada na filosofia do aprender a fazer, fazendo, prepara os jovens para a vivência das atividades agropecuárias, seja no processo direto de produção, seja como elemento difusor de tecnologia junto aos agricultores e suas famílias, nas áreas de cooperativismo, crédito rural, agroindústria e extensão rural.

A educação técnica, ao objetivar a formação de um profissional que atue como agente de promoção agropecuária, reconhece que, embora esse tipo de educação não seja suficiente para o desenvolvimento rural, é uma das condições necessárias nos estados com vocação agrícola. Isto porque o desenvolvimento pretendido, pressupõe o aumento da produção e da atividade agrícola, através da criação de novos empregos, melhoria nas condições de vida da família rural, bem como a ampliação das ofertas educacionais.

Desta forma, a escola deve considerar que a educação não é um fim em si mesma, mas deve ser um dos recursos que dispõe para desenvolver as aptidões do indivíduo, levando em consideração as possibilidades de o mesmo exercer uma profissão e também fazer uso de suas

capacidades como melhor convier aos seus interesses e da comunidade.

Assim, o técnico em agropecuária deve ser um homem que pensa e ao mesmo tempo faz (APRENDER A FAZER, FAZENDO), pois se o mesmo não for absorvido pelo mercado de trabalho, o que em muitos casos é difícil, há sempre a possibilidade dele retornar ao seu local de origem e desenvolver suas atividades na propriedade de sua família. Cabe à escola, portanto, abolir as distâncias que separam a educação geral da formação especial desenvolvendo a compreensão de mundo do futuro profissional.

Finalmente, este trabalho, além de resgatar a memória do ensino técnico agrícola em Guarapuava, visou também servir como contribuição para outros estudos referentes a essa modalidade de ensino, tendo em vista as especificidades dos colégios agrícolas, bem como as características próprias de organização de seu currículo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ABREU, Alcioly Therezinha Gruber de. A posse e o uso da terra: modernização agropecuária de Guarapuava. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná. 1986.
2. ALENCAR, Francisco. História da sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.
3. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação. São Paulo: Moderna, 1989.
4. ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA, Livro de atas, período de 1947 a 1955. Guarapuava, 1994.
5. ARQUIVO DO COLÉGIO AGRÍCOLA ESTADUAL ARLINDO RIBEIRO. Livro de registro de matrículas, período de 1955 a 1994. Guarapuava. 1994
6. _____. Livro de registro de diplomas, período de 1971 a 1994. Guarapuava. 1994.
7. _____. Livro ponto de professores, período de 1955 a 1994. Guarapuava. 1994.
8. _____. Portarias da Direção, período de 1955 a 1994. Guarapuava. 1994.
9. ARQUIVO DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Pareceres, período de 1960 a 1994. Curitiba. 1994.
10. _____. Resoluções, período de 1960 a 1994. Curitiba. 1994.
11. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Nacional de Educação Tecnológica. Retrospectiva histórica do ensino agrotécnico federal. Brasília, 1992.
12. _____. Ministério da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. Lei nº 5692/71. Brasília. 1971

13. CALAZANS, Maria Julieta Costa. Estudo retrospectivo da educação rural no Brasil. Rio de Janeiro: IESAE, 1979.
14. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ. Portarias, período de 1960 a 1994. Curitiba. 1994.
15. _____. Decretos, período de 1960 a 1994. Curitiba. 1994.
16. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Decreto nº 9613 de 20 de agosto de 1946, Lei orgânica do ensino agrícola. Brasília. 1994.
17. DIRETRIZES DE FUNCIONAMENTO DE ESCOLAS AGROTÉCNICAS. Ministério da Educação e Cultura. Brasília. 1990.
18. FRANCO, Maria Laura P. B. Ensino médio: desafios e reflexões. Campinas: Papirus, 1994.
19. GRAZIANO, José Francisco. Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo: Hucitec, 1978.
20. IZIDORO, Heitor Francisco. Guarapuava: das sesmarias a Itaipú. Curitiba: Gráfica Vicentina. 1981.
21. JORNAL FOLHA DO OESTE. Matérias diversas, período de 1950 a 1955. Guarapuava. 1994
22. LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: aborgagens qualitativas. São Paulo: E.P.U, 1986.
23. RIBEIRO, Eurico Branco. Esboço biográfico de Arlindo Martins Ribeiro. São Paulo: São Paulo Editora, 1973.
24. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Departamento de ensino de 2º Grau. Estudos de escolas agrícolas: descrição física. Curitiba. Texto mimeografado. 1977.
25. SILVA, Tomáz Tadeu da. O que produz e o que reproduz em educação: ensaios de sociologia da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

26. TOPALOV, Christian. Estruturas agrárias brasileiras. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
27. ZIBAS, Dagmar M. L. Internato: uma das faces ocultas do ensino agrícola. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1987.

ANEXOS

ANEXO Nº 1

ESBOÇO BIOGRÁFICO DO PATRONO DA ESCOLA

ARLINDO MARTINS RIBEIRO nasceu a 31 de março de 1874, em Xiririca, São Paulo, do casamento de Diogo Martins Ribeiro e de Anna Rufina de Almeida Ribeiro.

Passou sua infância na localidade que então tinha o nome de Prainha e hoje é sede do município de Miracatu, onde seu pai possuía um engenho de beneficiar arroz e casa comercial para suprimento da população do vale do Rio São Lourenço.

Arlindo Martins Ribeiro havia escolhido a carreira naval. Muito joven ainda foi enviado para o Rio de Janeiro, sob os cuidados de Manuel da Guia Ferreira, fornecedor da casa comercial de seu pai. Por ocasião da Revolta da Armada, durante a qual seu irmão, José Públio, líder estudantil, foi ferido, Arlindo Ribeiro perdeu exclusão da Escola Naval e foi trabalhar em uma loja da Rua da Quitanda, onde fez carreira, sendo indicado como viajante da casa e destacado para os Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

A sua primeira viagem a Guarapuava foi em fins do século XIX. Em 17 de abril de 1901 casou-se em Guarapuava com Hermínia Branco Ribeiro, que veio a falecer dois anos e meio mais tarde, três semanas após o segun-

do parto, ficando apenas Arlindo e seu primeiro filho Eurico.

Em 24 de janeiro de 1906 contraiu segundas núpcias com a também viúva do Dr. João Capistrano de Souza Ribeiro, a Senhora Maria das Dores Branco Ribeiro. Desse segundo matrimônio resultaram mais 9 (nove) filhos, todos nascidos ou na cidade de Guarapuava ou na Fazenda Trindade. Sua segunda esposa faleceu em 11 de abril de 1926.

Arlindo Ribeiro passou parte da vida na cidade de Guarapuava e parte na Fazenda Trindade. Inicialmente foi na cidade. Tendo-se desligado da firma do Rio de Janeiro, Arlindo Ribeiro associou-se ao seu sogro na loja que este possuía no Largo da Matriz, em frente à igreja, com nova razão social, Branco e Arlindo. Como os negócios não iam bem, dissolveram a sociedade e foram morar na Fazenda Trindade, onde por anos a fio trabalharam para manter as despesas.

A vida política de Arlindo Ribeiro iniciou-se na campanha presidencial de 1909, a favor do Civilismo, apoiando, com alguns amigos, a candidatura de Rui Barbosa. Ocupou o cargo de Camarista (vereador).

Em 1915 foi convidado para participar da chapa de candidatos ao órgão legislativo do Estado, como representante dos pecuaristas. Arlindo Ribeiro obteve a mais alta votação (9.993 votos). Durante os dois anos da le-

gislatura foi assíduo às reuniões do congresso estadual, desenvolvendo intensa atividade de bastidores no preparo das leis.

Atuou também no acordo que deu término à disputa do Contestado; propôs e defendeu a abertura de uma estrada entre Guarapuava e o Rio Paraná; teve atuação destacada em 1918 na criação do Distrito de Palmeirinha, do qual foi Juiz de Paz.

Em 1921, fez parte da Câmara Municipal como representante deste Distrito . Era o seu presidente. Por ocasião da mudança do Prefeito Municipal, Dr. Romualdo Barauna, coube a Arlindo Ribeiro assumir a Prefeitura. Durante sua gestão procedeu-se a homenagem à memória do Visconde de Guarapuava, colocando, na capela reconstituída onde repousam seus restos, uma placa traduzindo o agradecimento do município àquele benemérito cidadão.

Depois da Revolução de 1930, o interventor Manoel Ribas investiu Arlindo Ribeiro, novamente, nas funções de prefeito, pelo decreto No. 548, de 03 de março de 1932. Sua gestão transcorreu produtiva e tranqüila, com cooperação dos guarapuavanos. Entre suas obras podemos citar:

- novo matadouro, primeiro campo de aviação, moinho de trigo, terreno para o quartel do exército, construção da nova cadeia pública, manutenção de 40 escolas primárias, construção de casas escolares, abertura e

reparos nas estradas municipais, determinação das divisas dos 14 Distritos do Município. Sua gestão foi merecedora de elogios do Deputado Antonio Lustosa de Oliveira em 1955, como prefeito que mais trabalhou e produziu em benefício da instrução primária.

Após deixar o cargo, retirou-se para São Paulo, onde ficou pouco tempo. Sentindo sua saúde abalada, retornou a Guarapuava, onde veio a falecer em 30 de junho de 1937. Em sua homenagem, o governo municipal baixou o Decreto-Lei No. 16, que transformou a Rua Garibaldi em Arlindo Ribeiro.

Também mereceu homenagem do poder estadual, pela lei No. 314/49, sancionada a 9 de dezembro de 1949, que lhe conferiu a patronagem da Escola de Trabalhadores Rurais de Guarapuava, hoje denominada Colégio Agrícola Estadual Arlindo Ribeiro.

Fonte: Secretaria do Colégio



MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA

ESTADO DO PARANÁ

Of. n.º

(CÓPIA)

LEI Nº 32

(SÍNTESE:- Lei autorizando o Executivo doar ao Estado determinada área de terreno foreiro):-

A Câmara Municipal de Guarapuava, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei:-

ART. 1º - Fica autorizada a Prefeitura Municipal a fazer doação ao Estado, no ALTO DO CHARQUINHO, rocío desta Cidade, da área de terrenos necessários á instalação de um POSTO ZOOTECNICO, compreendidos dentro dos limites seguintes:-

Ao Norte, pelo Rio Coutinho e dêste por um ribeirão que divide os terrenos da Prefeitura dos do imovel denominado "ALDEIA; a Leste com uma estrada carroçavel denominada do "ALTO DO CHARQUINHO", estrada essa que vae se encontrar com a Estrada Geral para Palmeirinha; ao Sul, pelo Corredor de uma estrada que confina com terreno foreiros de Humberto Carli; ao Oeste, com terrenos foreiros de José Krupa e um córrego que vae desaguar no Rio Coutinho; terrenos esses que estão sendo levantados e demarcados pela Seção Técnica, que anexará, oportunamente, a presente lei, a respectiva planta;

ART. 2º - Fica igualmente autorizada a mesma Prefeitura a desapropriar para utilidade pública, ás áreas que existirem dentro dos limites acima, bem como as respectivas benfeitorias, compreendendo casas, poteiros ou invernadas, pertencentes ao dominio particular.

ART. 3º - Ficam reservadas á Prefeitura Municipal, as madeiras de lei, existentesno terreno doado, sendo facultado ao cessionário o aproveitamento das madeiras necessárias aos serviços de construção e instalação do POSTO ZOOTECNICO;

ART. 4º - A doação de que trata o presente projeto de lei, fica subordinada á clausula de reversão do terreno ao patrimonio municipal, si, no prazo de um ano, não forem ini-



MUNICÍPIO MUNICIPAL DE GUARAPUAVA
ESTADO DO PARANÁ

Of. n.º _____

continuação

Da Lei nº 32 de 28 de setembro de 1948.


ART. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Guarapuava, em 28 de Setembro de 1.948.

(aa) J. Machado
Prefeito Municipal
Joaquim Prestes
Secretário.-

Confere com o original

Em 21-9-1.962


Resp.p/exp. Secret.

ESTADO DO PARANÁ



COMARCA DE GUARAPUAVA

REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS
1º OFÍCIO
Francisco Meira Martins
GUARAPUAVA - PARANÁ

Registro Geral de Imóveis e Hipotecas

1º OFÍCIO

JAKR/

Rua Senador Pinheiro Machado, 1607 - Fone. 23-2384

Francisco Meira Martins
OFICIAL

Francisco José Martins
OFICIAL MAIOR

LIVRO N.º -4-C-

FLS. -185-

Certidão

Certifico, a pedido verbal, de pessoa interessada, que revendo o Protocolo 1-à-1-F, e demais Livros de (Inscrição) Registros Diversos, existentes em meu poder neste Cartório, encontrei no Livro 4-C, as suas fôlhas 185, a inscrição do teor seguinte: -N.º DE ORDEM: -2.361.-DATA: -14 de novembro de 1.968.-CIRCUNSCRIÇÃO: -Guarapuava.-DENOMINAÇÃO OU RUA E N.º: -"Alto Xarquinho".-CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES OU OBJETO DE PENHOR: -Consta da área de 100(cem) hectares de terreno foreiro no "Alto do Xarquinho", rocio desta Cidade, para a instalação de um Pôsto Zootecnico, dentro dos limites seguintes: -Ao Norte, pelo Rio Coutinho e dêste por um ribeirão que divide os terrenos da Prefeitura do imóvel denominado Aldeia; a Leste, com uma Estrada carroçável denominada "Alto Xarquinho", estrada essa que vai se encontrar com a estrada qual para Palmeirinha; ao Sul pelo Corredor de uma estrada que confina com terrenos foreiros de Humberto Carli; Ao Oeste com terrenos foreiros de Jose Kruppa e um Corrego que vai desaguar no Rio Coutinho.-Ficam reservados à Prefeitura Municipal, as madeiras de Lei, existentes no terreno, sendo facultado ao cessionário o aproveitamento das madeiras necessárias aos serviços de construção e instalação do Pôsto Zootecnico.-A presente concessão é feita por doação, na conformidade de Lei Municipal n.º 23 d.º, n.º 32 de 28/9/1.948 e publicada no diário Oficial n.º 218 de 19/11/1.948.-Em 14/11/1.968.-NOME, DOMICILIO E PROFISSÃO DO CREDOR: -Estado do Paraná, Cessionário.-NOME, DOMICILIO E PROFISSÃO DO DEVEDOR: -Prefeitura Municipal de Guarapuava, entidade jurídico de direito público.-ÔNUS: -Concessão.-TÍTULO, FORMA, DATA E SERVENTUÁRIO: -Título, publicado em 24/10/1.968, pelo Prefeito Municipal, Sr. Nivaldo Passos dos Santos.-CAUSA OU DA DÍVIDA, PRAZO, PREÇO E PENAS: -Não consta.-CONDIÇÕES: -As de direito. Era o que se continha em dita inscrição lançada as fôlhas do livro acima, mencionada, do qual bem e fielmente foi extraída a presente Certidão e se referendo ao seu original, em meu poder neste Ofício dou fé. EU _____

_____ Social, que fiz datilografar, _____, subscrevi, data e _____

GUARAPUAVA

TÍTULO DE CONCESSÃO

O Prefeito Municipal de Guarapuava, Estado do Paraná, por seu despacho no Protocolo sob Nº 2.013 de 22-10-1.968,

CONCEDE

ao - ESTADO DO PARANÁ, a área de 100 (Cem) hectares de terreno fértil no "Alto de Xarquinho", recio desta cidade, para instalação de um Posto Zootécnico, dentro de limites seguintes: Ao Norte, pelo Rio Coutinho, e deste por um ribeirão que divide os terrenos da Prefeitura de imóvel denominada Aldeia; a Leste, com uma estrada carroçavel denominada de "Alto de Xarquinho", estrada essa que vai se encontrar com a estrada geral para Palmeirinha; ao Sul, pelo Corredor de uma estrada que confina com terrenos fértil de Humberto Carli; ao Oeste, com terrenos fértil de José Kruppa e um Corrego que vai desaguar no rio Coutinho.-

Ficam reservadas à Prefeitura Municipal, as madeiras de Lei, existentes no terreno, sendo facultada ao cessionário e aproveitamento das madeiras necessárias aos serviços de construção e instalações de Posto Zootécnico.-

A presente concessão é feita por doação, na conformidade de Lei Municipal nº 32 de 28 de setembro de 1.968, e publicada no Diário Oficial nº 218 de 19 de Novembro de 1.968

(Registrado na fls. 199 do Livro nº8 de Concessões Fértilas)

De que para constar, manda expedir o presente Título de Concessão, que assinado produzirá os seus devidos e jurídicos efeitos. Gabinete da Prefeitura Municipal de Guarapuava, em 24 de outubro de 1.968.

NIVALDO P. KRUGER

NIVALDO P. KRUGER
Prefeito Municipal

PERY DE OLIVEIRA

PERY DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO.



ESTADO DO PARANÁ

ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 508

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ

Resolve revogar o decreto nº 507, de 14 de Junho de 1957, e no que se refere à parte referente ao aumento de vencimento de servidores, desde a publicação do mencionado decreto até o dia 31, de Junho de 1957.

Dado em Curitiba, 14 de Junho de 1957, 1.ª vez, em duas sessões de Câmara Municipal.

(Ass) _____

DECRETO Nº 31.657

O Governador do Estado do Paraná,
no uso de suas atribuições,

D E C R E T A :

Art. 1º - As atuais Escolas de Trabalhadores Rurais de Apucarana: Escola "Arlindo Ribeiro" de Guarapuava; Escola "Ernesto Luiz de Oliveira", de Paz do Iguaçu; Escola "Olegário Macedo", de Castro; Escola "Assis Brasil", de Clevelândia e Escola "Fernando Costa", de Santa Mariana, ficam transformadas em Escolas Agrícolas de ensino de grau médio.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 29 de Agosto de 1960 139º da Independência e 72º da República.

(aa) MOYSES LUPION

Felipe Silveira Battencourt

(15161)

DECRETO N. 13.737

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 3.º30, da lei n. 4.978, de 5 de dezembro de 1964,

D E C R E T A :

Art. 1.º Fica transformado o Ginásio Agrícola Estadual "Arlindo Ribeiro", de Guarapuava em Colégio Agrícola Estadual "Arlindo Ribeiro", para funcionar no ano letivo de 1969.

Art. 2.º Nos termos do artigo 3.º do Decreto n. 7.457, de 29 de março de 1962, o Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura alterará o Anexo II do referido Decreto, nele incluindo as funções gratificadas de Diretor, Símbolo 2-F, Vice Diretor, Símbolo 4-F e Secretário, Símbolo 5-F, do Colégio Agrícola Estadual "Arlindo Ribeiro", de Guarapuava.

Art. 3.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba em 31 de dezembro de 1964,
147.º da Independência e 80.º da República.

(aa) **PAULO PIMENTEL**

Cândido Manoel M. de Oliveira

(Ref. Prot. n. 33.990 68-PG).



Estado do Paraná

N.º

de 19

DECRETO Nº 31657

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º - AS atuais Escolas de Trabalhadores -
Eunais, de Apucarana; Escola "Arlindo Ribeiro, de Guarapuava; Es-
cola "Ernesto Luiz de Oliveira", de Fós do Iguaçu; Escola "Olegá-
rio Macedo" de Castro; Escola "Aosis Brasil", de Clevelândia e ;
Escola "Fernando Costa", de Santa Mariana, ficam transformadas -
em Escolas Agrícolas de ensino de grau médio.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na da-
ta de sua publicação.

Curitiba, em 29 de agosto de 1960, 133º de -
Independência e 72º de República.

(sa) Moisés Lucion

Felipe Silveira Bittencourt.



Estado do Paraná
Conselho Estadual de Educação

Homologada pela
Port. n.º 7.794/67
D.O. de 2/2/1967

RESOLUÇÃO 27/67

Publicado no D.O.
de 6/2/1967

Processos n.ºs. 136/66, 355 e 512/67.

Aprova currículos de ensino médio
sujeitos ao Sistema Estadual de
Ensino, para vigorarem a partir
de 1.967.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO do Estado do Paraná, nos
de suas atribuições que lhe confere o art. 74, letras aa, da Lei
n.º 4.376, de 5.12.64, e de acordo com os Pareceres n.ºs. 177 = ,
178 e 179/67 da Comissão de Legislação e Normas, resolve:

Art. 1.º - Aprovar os currículos dos seguintes estabeleci-
mentos de ensino, sujeitos à Legislação estadual:

- 1 - Estabelecimentos de Ensino Agrícola, da Secretaria de
Agricultura;
- 2 - Escola Normal Colegial "Helena Kolody" de Terra Boa;
- 3 - Colégio Estadual "Pa. José Pires" de Centenario do Sul;

Art. 2.º - A aprovação concedida no artigo anterior fica
condicionada ao cumprimento das recomendações, resoluções e con-
dições contidas nos pareceres individuais expedidos em
cada plano curricular.

Art. 3.º - A presente Resolução, uma vez homologada pelo
Secretário de Educação e Cultura entrará em vigor a partir do a-
no de 1.967, revogadas as disposições em contrário.

Feita nas Sessões, em 23 de junho de 1.967.

Gov. J. 471.

*Ass. Salgado
Ass. Aguiar*

Ass. Moraes
Ass. José Antônio
Ass. Maria Westphalen
Ass. A. Mello
Ass. Ovídio
Ass. Antônio
Ass. Amadeu
Ass. S. S. S.

Prioridade para boa formação

pação com a formação com a formação competentes a prioridade é a prioridade Escola Estadual Agrícola Estadual Agrícola CAEAR. Hoje com o total de 282 alunos pelo terceiro ano recebeu o prêmio de produtividade do Projeto CAEAR tem realizado vários projetos: - dinamização tem como objetivo a produção da produção humana, ajudando no planejamento de , fortalecendo as profissionais.

Outra também é iniciativa do CAEAR foi introduzido na produção dos alunos iniciais foi criado o curso em 92 foi produzido. Agora com a chegada de Bagé, o grupo de marcas no em várias escolas. "O mais importante é que o aluno não se esqueça de passar o seu aprendizado", afirma a orientadora.

Um outro projeto é o estudo da parasitologia em ovinos, em comunhão com a OVINOPAR. Esse estudo tem como meta conhecer o nível de verminose do rebanho de ovinos da região de Guarapuava. Os alunos, com o auxílio da professora Luciana Monteiro, médica veterinária, farão da escola um centro de atendimento à comunidade, auxiliando o produtor no manejo do



Prioridade para a boa formação de técnicos agrícolas

rebanho e na utilização de produtos tóxicos na ovinocultura.

Outra nova meta é a piscicultura, assim as aulas práticas sobre o assunto serão ministradas na própria escola. Além de enriquecer o cardápio dos alunos, haverá um aproveitamento das sobras de alimentos e de dejetos de animais para a alimentação dos peixes. Além desses, vários outros projetos tiveram início no ano passado e até agora vêm sendo realizados com grande sucesso. A indústria rural é um exemplo. "A

nossa preocupação é que o aluno saiba aproveitar tudo e que ele não pense que irá trabalhar somente em multinacionais, mas que ele próprio saiba fazer, artesanalmente", disse Sueli Annes, supervisora. Esses produtos são aproveitados nas refeições diárias dos alunos, comercializados e também conservados para serem consumidos em outras estações.

Existe também o projeto artístico, onde a oficina artesanal é a própria marcenaria. Alguns alunos passam a ter sua renda através de cursos ministrados na oficina, como Zeila Dural e Adelmo de Souza, que depois de um curso de cartões em papel vegetal passaram a produzir e comercializar, tendo assim seu próprio lucro. Vários alunos do CAEAR saem da escola já com emprego garantido. Reginaldo da Silva, formado em 94, trabalha na Mastec, granja de suínos. Ele ganhou o prêmio nacional de produtividade de leitões, com uma média de 27 leitões desmamados por porca-ano. Emerson Ferraada, também formado de 94, está trabalhando numa multinacional holandesa que começará a ceder suínos para várias cooperativas em Guarapuava.

Os alunos do CAEAR participam todo ano de uma feira de ciências de nível estadual, onde são apresentados vários trabalhos nas áreas de agricultura e pecuária, com parte escrita e demonstração prática. Neste ano a feira acontecerá no mês de agosto. Os melhores trabalhos serão levados para o ETEC - Encontro Técnico Esportivo e Cultural - que será em setembro, na cidade de Rio Negro.

Parecer 45/70
Processo n.º 019/70
Câmara de Ensino Médio

Aprova, com ressalva, o plano curricular do Curso de Economia Doméstica Rural do Colégio Agrícola Estadual "Arlindo Ribeiro", de Guarapuava, para entrar em vigor neste ano de 1970.

O Colégio Agrícola Estadual "Arlindo Ribeiro", de Guarapuava, encaminha, pelas vias legais, a êste Conselho Estadual de Educação, pedido de autorização para a criação do Curso de Economia Doméstica Rural.

O Diretor do Estabelecimento em sua "Exposição de Motivos", apresenta bem fundamentadas as razões para a criação do Curso em tela.

O processo, ora em apreciação, foi, de início, pela Secretaria Geral dêste Conselho distribuído à Comissão de Legislação e Normas, que pediu seu encaminhamento a esta Câmara, com o seguinte parecer: "Trata o presente Processo unicamente da apreciação, pelo Conselho Estadual de Educação, de formulação curricular, prevista e permitida pela Resolução 26/65, objetivando o atendimento no Colégio Agrícola "Arlindo Ribeiro", de Guarapuava, de turmas compostas por môças, e voltada para Economia Doméstica. Deve, pois, ser encaminhado à Câmara de Ensino Médio, a quem está afeta a matéria de currículos".

Examinada, pois, a formulação curricular em questão, constatamos que a mesma se acha adequada às normas ditas por êste Conselho e por isso mesmo merece aprovação, para vigorar a partir dêste ano de 1970. Ressolvamos, no entanto, o seguinte: As disciplinas Física, Química e Biologia, componentes da disciplina Ciências que figura no currículo com seis horas semanais em cada série, devem ter especificada a distribuição de sua carga horária.

É o Parecer.

Curitiba, 4 de março de 1970.

Derval D'Ávila Vieira — Relator; Osvaldo Arns; Guido Arzua; Alda Aracy Moeller; Sarah Sartori.

Parecer 174/70
Processos n^{os}. 408, 409, 411, 412 e 413/70
Câmara de Ensino Médio

Aprova as formulações curriculares dos Cursos Técnico Agrícola, Florestal e de Economia Doméstica Rural, do Colégio Agrícola Estadual "Augusto Ribas", de Ponta Grossa; dos Cursos Técnicos Agrícola e de Economia Doméstica Rural, do Colégio Agrícola Estadual "Arlindo Ribeiro", de Guarapuava; do Curso Técnico Agrícola do Colégio Agrícola Estadual "Manoel Ribas", de Apucarana; do curso Técnico Agrícola do Colégio Agrícola Estadual "Getúlio Vargas", de Palmeira; e do Curso Técnico Agrícola do Colégio Agrícola Estadual "Lysimaco Ferreira da Costa", de Rio Negro, por estarem todos adequados à Legislação vigente.

Encaminhados pelo Departamento de Ensino da Secretaria de Agricultura, foram submetidos à apreciação e aprovação deste Conselho Estadual de Educação as formulações curriculares dos Cursos Técnicos Agrícola, Florestal e de Economia Doméstica Rural, do Colégio Agrícola Estadual "Augusto Ribas", de Ponta Grossa; dos Cursos Técnicos Agrícola e de Economia Doméstica Rural, do Colégio Agrícola Estadual "Arlindo Ribeiro", de Guarapuava; do Curso Técnico Agrícola do Colégio Agrícola Estadual "Getúlio Vargas" de Palmeira; e do Curso Técnico Agrícola do Colégio Agrícola Estadual "Lysimaco Ferreira da Costa", de Rio Negro.

Procedido o exame de todos os processos, constatamos que a matéria dos mesmos se encontra em perfeita adequação com as normas prescritas pelas Resoluções 26/65 e 5/70 deste Conselho e, portanto, em condições de ser aprovada.

Ressalvamos, no entanto, que no elenco das disciplinas específicas devem ser usadas as denominações adotadas pela Resolução 26/65, art. 30: Noções de Engenharia e Noções de Veterinária, em vez de Engenharia e Veterinária, como consta.

Dado o exposto, somos de parecer sejam aprovadas as formulações curriculares dos Cursos em tela, para vigorarem a partir do ano de 1971.

É o parecer.

Curitiba, 17 de dezembro de 1970.

aa) Dorval D'Ávila Vieira — Relator; Osvaldo Arns, Alda Aracy Moeller, Sarah Sartori e Guido Arzua.

SECRETARIA DA AGRICULTURA

PORTARIA N. 744-67

O Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, no uso de suas atribuições e tendo em vista a Resolução 1-67, publicada em Diário Oficial n. 64 de 12.5.67, do Excmo. Conselho Estadual de Educação, que estabelece normas para a nomenclatura de estabelecimentos de ensino no âmbito do Sistema Estadual de Ensino, resolve:

DAN

que os estabelecimentos de ensino agrícolas subordinados ao Departamento de Ensino Agrícola desta Secretaria de Estado tenham a seguinte denominação:

1. -- Colégio Agrícola Estadual "Augusto Ribas" -- Ponta Grossa
2. -- Colégio Agrícola Estadual "Lygia Franco Ferreira da Costa" -- Rio Negro

3. -- Colégio Agrícola Estadual "Getúlio Vargas" -- Palmeiras
4. -- Colégio Agrícola Estadual "Miguel Ribas" -- Arapongas
5. -- Ginásio Estadual "Oleário Machado" -- Castro
6. -- Ginásio Estadual "Assis Brasil" -- Clevelândia
7. -- Ginásio Estadual "Mancel Moreira Ferraz" -- Foz do Iguaçu
8. -- Ginásio Estadual "Fernando Costa" -- Santa Mariana
9. -- Ginásio Estadual "Armando Ribas" -- Guarapuava
10. -- Ginásio Estadual "Colônia Esperança" -- Arapongas

CUMPRASE

Curitiba, 2 de setembro de 1967.
Oscar Felipe Latreiro do Amaral
Secretário de Estado

RESOLUÇÃO 6/70

Aprova currículos de ensino médio sujeitos ao Sistema Estadual de Ensino, para vigorarem a partir do ano de 1970.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe confere o art. 74, letra aa, da Lei n.º 4.978, de 5-12-64, e de acôrdo com os Pareceres 31 a 48/70 da Câmara de Ensino Médio, resolve:

Art. 1.º — Aprovar os currículos dos seguintes estabelecimentos de ensino, sujeitos à Legislação Estadual:

- 1.º — Ginásio de Carambeí, município de Castro;
- 2.º — Ginásio Estadual “Machado de Assis”, de Barbosa Ferraz;
- 3.º — Escola Normal Colegial Estadual “Cel. Ottoni Ferreira Maciel”, de Palmeira;
- 4.º — Escola Normal Colegial “D. Pedro II”, de Rolândia;
- 5.º — Escola Normal Colegial “Dr. Vicente Machado”, de Jataizinho;
- 6.º — Escola Normal Colegial “Nossa Senhora de Lourdes” desta Capital;
- 7.º — Colégio Comercial Estadual de Uraí;
- 8.º — Colégio Estadual “Guilherme Almeida”, de Loanda (1.º ciclo);
- 9.º — Ginásio “Rui Barbosa”, de Santa Zélia;
- 10 — Ginásio Estadual de Lupionópolis;
- 11 — Ginásio Estadual de Vila Higienópolis — Capital;
- 12 — Ginásio “Santo Antônio”, de Telêmaco Borba;
- 13 — Colégio Comercial Estadual de Assaí;
- 14 — Colégio Comercial Estadual “Moraes Júnior”, de Cambé;
- 15 — Colégio Estadual de Cianorte;
- 16 — Colégio Agrícola Estadual “Arlindo Ribeiro”, de Guarapuava (Curso de Economia Doméstica Rural);
- 17 — Instituto Estadual de Educação de Maringá. (Curso de Administração Escolar);
- 18 — Escola Normal Colegial Estadual “Pe. Antônio Vieira, de Santa Cruz do Monte Castelo;
- 19 — Escola Normal Colegial Estadual “Nossa Senhora de Fátima”, de Telêmaco Borba.

Art. 2.º — A aprovação concedida no artigo anterior fica condicionada ao cumprimento das recomendações, ressalvas e condicionamentos contidos no parecer expendido no plano curricular.

Art. 3.º — A presente Resolução, uma vez homologada pelo Secretário da Educação e Cultura, entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 5 de março de 1970.

aa) Haroldo Souto Carvalhido — Presidente; Cecília Maria Westphalen; Alda Aracy Moeller; Zélia Milléo Pavão; Sarah Sartori; Ada Montucchio Gineste; Dorothy Gomes Carneiro; Osvaldo Arns; Guido Arzua.

QUADRO N° 1

| EVOLUÇÃO DAS SÉRIES (1957 - 1994) | | | |
|-----------------------------------|----------|---------|---------|
| ANO | PRIMÁRIO | GINÁSIO | COLÉGIO |
| 1957 | 1-2-3-4 | | |
| 1958 | 1-2-3-4 | | |
| 1959 | 1-2-3-4 | | |
| 1960 | 1-2-3-4 | | |
| 1961 | 1-2-3-4 | | |
| 1962 | 1-2-3-4 | | |
| 1963 | 3-4 | 1 | |
| 1964 | 4 | 1-2 | |
| 1965 | | 1-2-3 | |
| 1966 | | 1-2-3-4 | |
| 1967 | | 1-2-3-4 | |
| 1968 | | 1-2-3-4 | |
| 1969 | | 1-2-3-4 | 1 |
| 1970 | | 2-3-4 | 1-2 |
| 1971 | | 3-4 | 1-2-3 |
| 1972 | | 4 | 1-2-3 |
| 1973 | | | 1-2-3 |
| 1974 | | | 1-2-3 |
| 1975 | | | 1-2-3 |
| 1976 | | | 1-2-3 |
| 1977 | | | 1-2-3-4 |
| 1978 | | | 1-2-3-4 |
| 1979 | | | 1-2-3 |
| 1980 | | | 1-2-3 |
| 1981 | | | 1-2-3 |
| 1982 | | | 1-2-3 |
| 1983 | | | 1-2-3 |
| 1984 | | | 1-2-3 |
| 1985 | | | 1-2-3 |
| 1986 | | | 1-2-3 |
| 1987 | | | 1-2-3 |
| 1988 | | | 1-2-3 |
| 1989 | | | 1-2-3 |
| 1990 | | | 1-2-3 |
| 1991 | | | 1-2-3 |
| 1992 | | | 1-2-3 |
| 1993 | | | 1-2-3 |
| 1994 | | | 1-2-3 |

FONTES: Livro Ponto 1957 - 1963
 Livro Ata Exames 1964 - 1994

QUADRO N° 2

FAIXA ETÁRIA DO CORPO DISCENTE - 1ª SÉRIE (1957 - 1994)

| Idade Ano | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | |
|--------------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|-----|-----|-----|-----|-----|----|----|----|----|----|----|----|--|
| 1957 | | | | | 08 | 04 | 08 | 06 | | | | | | | | | | | | | | |
| 1958 | | | | 03 | 08 | 06 | 09 | 05 | 01 | | | | | | | | | | | | | |
| 1959 | | | 01 | 02 | 01 | 02 | 01 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1960 | | 04 | 06 | 05 | 08 | 07 | | | 01 | | | | | | | | | | | | | |
| 1961 | 01 | 11 | 07 | 09 | 03 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1962 | | | | 01 | 05 | 04 | 11 | 09 | 14 | 11 | 08 | 01 | | | | | | | | | | |
| 1963 | | | | | | 01 | 06 | 08 | 03 | 06 | 06 | 06 | | | | | | | | | | |
| 1964 | | | | | | 02 | 06 | 13 | 12 | 11 | 05 | 02 | 01 | 01 | | | | | | | | |
| 1965 | | | | | | | 06 | 05 | 05 | 05 | 01 | 02 | 02 | | 01 | | | | | | | |
| 1966 | | | | | | 04 | 10 | 14 | 15 | 11 | 04 | 02 | 02 | 01 | | | | | | | | |
| 1967 | | | | | | 05 | 07 | 11 | 07 | 04 | 04 | 03 | | | | | | | | | | |
| 1968 | | | | | | 01 | 07 | 08 | 10 | 18 | 02 | 05 | | | | | | | | | | |
| 1969 | | | | | | | | 02 | 03 | 04 | 06 | 05 | 05 | 09 | 01 | 02 | | | | | | |
| 1970 | | | | | | | | | | 01 | 03 | 07 | 06 | | 02 | | | | 01 | | | |
| 1971 | | | | | | | | | | | 03 | | 03 | 01 | 04 | | 01 | | | | | |
| 1972 | | | | | | | | | | 02 | 04 | 06 | 09 | 03 | 01 | 03 | 01 | | | 01 | | |
| 1973 | | | | | | | | | | | 02 | 06 | 07 | 06 | 04 | 01 | | | 01 | | | |
| 1974 | | | | | | | | | | | 08 | 09 | 08 | 03 | 04 | 02 | 02 | | | | | |
| 1975 | | | | | | | | | | 03 | 10 | 11 | 08 | 07 | 06 | 03 | | | | 01 | | |
| 1976 | | | | | | | | | | 05 | 06 | 10 | 08 | 08 | 02 | 02 | 01 | | | 01 | | |
| 1977 | | | | | | | 02 | 11 | 09 | 11 | 08 | 03 | 03 | 02 | 04 | | | | | | | |
| 1978 | | | | | | | | | 06 | 03 | 07 | 07 | 05 | 06 | 05 | | 01 | | | | | |
| 1979 | | | | | | | | 01 | 02 | 05 | 09 | 06 | 08 | 05 | 02 | 01 | 01 | | | 01 | | |
| 1980 | | | | | | | | | 02 | 12 | 08 | 19 | 13 | 04 | 03 | 02 | 01 | | | | | |
| 1981 | | | | | | | | | | 09 | 17 | 16 | 11 | 08 | 03 | 04 | 01 | 01 | | | | |
| 1982 | | | | | | | | 01 | 03 | 16 | 18 | 19 | 14 | 05 | 05 | 01 | | 02 | | 01 | 01 | |
| 1983 | | | | | | | | | 02 | 17 | 23 | 21 | 15 | 04 | 03 | 03 | 01 | | | | | |
| 1984 | | | | | | | | | | 10 | 17 | 24 | 16 | 05 | 03 | | | | | 01 | | |
| 1985 | | | | | | | | | | 06 | 20 | 10 | 10 | 06 | 02 | 04 | | | | | | |
| 1986 | | | | | | | | | | 12 | 25 | 15 | 09 | 02 | 05 | 02 | | | | | | |
| 1987 | | | | | | | | | | 12 | 19 | 20 | 05 | 03 | 03 | 02 | 01 | 01 | | | | |
| 1988 | | | | | | | | | | 18 | 15 | 15 | 10 | 07 | 01 | 03 | 01 | | | | | |
| 1989 | | | | | | | | | 01 | 11 | 17 | 14 | 09 | 10 | 03 | 01 | 02 | | | | | |
| 1990 | | | | | | | | | | 25 | 18 | 12 | 07 | 03 | 01 | 03 | | | | 01 | 01 | |
| 1991 | | | | | | | | | | 15 | 17 | 21 | 06 | 07 | 04 | 01 | 01 | 02 | | | | |
| 1992 | | | | | | | | | | 19 | 21 | 12 | 13 | 07 | 04 | 01 | | 01 | | | | |
| 1993 | | | | | | | | | | 30 | 32 | 24 | 20 | 09 | 04 | 02 | 01 | | | | | |
| 1994 | | | | | | | | | | 22 | 32 | 27 | 23 | 07 | 02 | 01 | 02 | | 02 | | | |
| TOTAL | 01 | 15 | 14 | 20 | 33 | 36 | 73 | 94 | 96 | 334 | 395 | 359 | 256 | 138 | 81 | 44 | 18 | 09 | 06 | 03 | 02 | |

FONTE : LIVRO DE MATRÍCULA

QUADRO N° 3

MATRÍCULA NA 1ª SÉRIE (1957 - 1994)

| ANO | N° DE ALUNOS |
|------|--------------|
| 1957 | 29 |
| 1958 | 24 |
| 1959 | 07 |
| 1960 | 29 |
| 1961 | 21 |
| 1962 | 31 |
| 1963 | 32 |
| 1964 | 35 |
| 1965 | 25 |
| 1966 | 54 |
| 1967 | 35 |
| 1968 | 30 |
| 1969 | 18 |
| 1970 | 20 |
| 1971 | 12 |
| 1972 | 30 |
| 1973 | 27 |
| 1974 | 36 |
| 1975 | 49 (A+B) |
| 1976 | 44 |
| 1977 | 54 |
| 1978 | 40 |
| 1979 | 43 |
| 1980 | 64 |
| 1981 | 72 |
| 1982 | 87 |
| 1983 | 89 |
| 1984 | 77 |
| 1985 | 60 |
| 1986 | 71 |
| 1987 | 67 |
| 1988 | 71 |
| 1989 | 69 |
| 1990 | 70 |
| 1991 | 74 |
| 1992 | 79 |
| 1993 | 81 (A+B+C) |
| 1994 | 108 |

FONTE: LIVRO DE MATRÍCULAS

QUADRO N° 4

ALUNOS FILHOS DE AGRICULTORES - GUARAPUAVA

| NO | N° ALUNOS |
|------|-----------|
| 1957 | * |
| 1958 | * |
| 1959 | * |
| 1960 | * |
| 1961 | * |
| 1962 | * |
| 1963 | * |
| 1964 | * |
| 1965 | * |
| 1966 | * |
| 1967 | * |
| 1968 | * |
| 1969 | 01 |
| 1970 | 02 |
| 1971 | * |
| 1972 | 01 |
| 1973 | * |
| 1974 | 01 |
| 1975 | 02 |
| 1976 | 01 |
| 1977 | 01 |
| 1978 | 01 |
| 1979 | 02 |
| 1980 | 01 |
| 1981 | 05 |
| 1982 | 06 |
| 1983 | 10 |
| 1984 | 01 |
| 1985 | 09 |
| 1986 | 09 |
| 1987 | 07 |
| 1988 | 05 |
| 1989 | 03 |
| 1990 | 03 |
| 1991 | 05 |
| 1992 | 07 |
| 1993 | 07 |
| 1994 | 07 |

FONTE: LIVRO DE MATRÍCULAS

QUADRO N° 5

PROCEDÊNCIA DOS ALUNOS MATRICULADOS - GUARAPUAVA

| ANO | N° ALUNOS |
|------|-----------|
| 1957 | 15 |
| 1958 | 15 |
| 1959 | 07 |
| 1960 | 16 |
| 1961 | 27 |
| 1962 | 34 |
| 1963 | 18 |
| 1964 | 16 |
| 1965 | 18 |
| 1966 | 25 |
| 1967 | 25 |
| 1968 | 27 |
| 1969 | 05 |
| 1970 | 07 |
| 1971 | 05 |
| 1972 | 04 |
| 1973 | 01 |
| 1974 | 04 |
| 1975 | 04 |
| 1976 | 06 |
| 1977 | 06 |
| 1978 | 11 |
| 1979 | 09 |
| 1980 | 05 |
| 1981 | 20 |
| 1982 | 21 |
| 1983 | 28 |
| 1984 | 19 |
| 1985 | 22 |
| 1986 | 20 |
| 1987 | 14 |
| 1988 | 11 |
| 1989 | 16 |
| 1990 | 19 |
| 1991 | 18 |
| 1992 | 30 |
| 1993 | 43 |
| 1994 | 40 |

FONTE: LIVRO DE MATRÍCULAS

QUADRO N° 6

ALUNOS APROVADOS (1957 - 1994)

| ANO | PARANÁ | | O. MUNICÍPIOS | SANTA CATARINA | RIO GRANDE DO SUL | OUTROS ESTADOS |
|------|----------|-----------|---------------|----------------|-------------------|----------------|
| | N° Matr. | N° Aprov. | | | | |
| 1957 | 29 | 15 | 12 | 01 | 01 | |
| 1958 | 24 | 15 | 02 | | 02 | |
| 1959 | 07 | 07 | | | | |
| 1960 | 29 | 10 | 07 | 02 | 01 | |
| 1961 | 21 | 23 | 03 | 01 | | |
| 1962 | 31 | 36 | 07 | | | |
| 1963 | 32 | 08 | 03 | | | |
| 1964 | 35 | 08 | 03 | | | |
| 1965 | 25 | 20 | 13 | | 02 | 01 |
| 1966 | 54 | 18 | 09 | | | |
| 1967 | 35 | 28 | 04 | 04 | | |
| 1968 | 30 | 13 | 07 | 04 | 02 | 01 |
| 1969 | 18 | | | | | |
| 1970 | 20 | | | | | |
| 1971 | 12 | 02 | 05 | | | |
| 1972 | 30 | 02 | 12 | | | |
| 1973 | 27 | 01 | 12 | 02 | | |
| 1974 | 36 | 03 | 19 | 03 | | |
| 1975 | 49 | 04 | 14 | | | |
| 1976 | 44 | | | | | |
| 1977 | 54 | 01 | 07 | 03 | | |
| 1978 | 40 | 10 | 24 | 06 | | |
| 1979 | 43 | 01 | 13 | 01 | 01 | |
| 1980 | 64 | 04 | 13 | 01 | 01 | |
| 1981 | 72 | 05 | 25 | | | |
| 1982 | 87 | 02 | 26 | 01 | 01 | |
| 1983 | 89 | 08 | 26 | 01 | 01 | |
| 1984 | 77 | 10 | 19 | 01 | | |
| 1985 | 60 | 10 | 07 | | | |
| 1986 | 71 | 11 | 10 | | | |
| 1987 | 67 | 11 | 08 | | | |
| 1988 | 71 | 15 | 29 | 03 | 01 | 03 |
| 1989 | 69 | 08 | 26 | 01 | 03 | 02 |
| 1990 | 70 | 10 | 32 | 03 | 02 | |
| 1991 | 74 | 08 | 32 | 02 | 04 | |
| 1992 | 79 | 14 | 23 | 03 | 05 | |
| 1993 | 81 | 11 | 34 | 02 | 02 | |
| 1994 | 108 | 15 | 24 | 02 | 04 | 01 |

FONTE: LIVRO DE REGISTRO DE DIPLOMAS